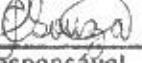




04 AGO 2021

**LEI N° 2404/2021**  
**DE 22 DE JULHO DE 2021**

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
Recebido em: <u>02/08/21</u>
Às <u>12</u> hs. <u>02</u> min.

Responsável

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA  
ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI  
ORÇAMENTÁRIA DE 2022, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

**Art. 1º** Esta Lei estabelece, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, com observância das determinações da Lei Orgânica do Município, as diretrizes orçamentárias do Município de João Monlevade, para 2022, compreendendo:

- I - as metas e as prioridades da Administração Pública Municipal;
- II - orientações básicas para elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual;
- III - disposições relativas à dívida pública municipal;
- IV - disposições sobre a política de pessoal, os gastos com pessoal e encargos sociais;
- V - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
- VI - equilíbrio entre receitas e despesas;
- VII - critérios e formas de limitação de empenho;
- VIII - normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- IX – estabelecimento de normas para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- X – normatização do auxílio do Município para o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;
- XI - parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
- XII - critérios para início de novos projetos;
- XIII - critérios para participação popular no processo de elaboração e aprovação da Lei Orçamentária Anual;
- XIV – regras para promoção de alterações orçamentárias; e
- XV - disposições gerais.

**CAPÍTULO I**  
**DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 2º** Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as metas e as prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2022, são as apontadas no Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei, das quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária anual de 2022 e na sua execução, as obrigatorias e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram o Orçamento Fiscal. Observada a lei do Plano Plurianual.

04 AGO 2021



**JOÃO MONLEVADE**

PREFEITURA MUNICIPAL

Administração 2021-2024

**§ 1º** O orçamento será elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput*.

**§ 2º** Em atendimento ao disposto no art.4º, §§1º, 2º e 3º da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, integram a presente Lei os seguintes Anexos:

I - Anexo de Metas Fiscais;

II - Anexo de Riscos Fiscais.

**§ 3º** O Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei, não se constitui como limite à programação das despesas.

**§ 4º** Excepcionalmente, no exercício de 2021, o Anexo de Metas e Prioridades, que compõe esta Lei, poderá sofrer alteração, para atender ao Plano Plurianual para o quadriênio 2022 a 2025, que se encontra em fase de elaboração, devendo ser encaminhado ao Legislativo até a data de 30 de setembro de 2021.

## **CAPÍTULO II DAS ORIENTAÇÕES BÁSICAS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**

**Art. 3º** Para efeito desta Lei entende-se por:

I - órgão orçamentário, que representa os Poderes e suas autarquias, o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

II - unidade orçamentária, nível médio da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar subunidades orçamentárias;

III - subunidade orçamentária, o menor nível médio da classificação institucional;

IV – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

V – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

VI – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

VII - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

VIII – concedente: o órgão ou a entidade da Administração Pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

IX – convenente: o órgão ou a entidade da Administração Pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais ou municipais e as entidades privadas, com os quais a Administração pactue a transferência de recursos financeiros.

**§ 1º** Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os

04 AGO 2021



JOÃO MONLEVADE

PREFEITURA MUNICIPAL

Administração 2021-2024

respectivos valores e metas bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

**§ 2º** Cada atividade, projeto e operação especial estará identificada pela função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

**§ 3º** Cada projeto constará somente em uma unidade orçamentária e em um programa.

**§ 4º** As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por órgãos, unidades e subunidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual.

**§ 5º** A Modalidade de Aplicação (MA), conforme determinações e conceitos da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

- I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário;
- II - indiretamente, mediante transferência, para outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou, ainda, por entidades privadas; ou
- III - indiretamente, mediante delegação, para outros entes da Federação ou consórcios públicos para a aplicação de recursos em ações de responsabilidade exclusiva do Município.

**§ 6º** A especificação da modalidade de que trata o § 5º observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

- I - Transferências a Estados e ao Distrito Federal (Modalidade de Aplicação 30);
- II - Transferências a Municípios (Modalidade de Aplicação 40);
- III - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (Modalidade de Aplicação 50);
- IV - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos (Modalidade de Aplicação 60);
- V - Transferências a Consórcios Públicos (Modalidade de Aplicação 71);
- VI - Aplicações Diretas (Modalidade de Aplicação 90); e
- VII - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe (Modalidade de Aplicação 93);
- VIII - Aplicação Direta Decorrente de Operações de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente não Participe (Modalidade de Aplicação 94).

**Art. 4º** O orçamento discriminará a despesa por subunidade orçamentária, em nível de elementos, conforme artigo 15 da Lei nº 4.320/64, detalhada por categoria de programação com suas respectivas dotações, especificando a modalidade de aplicação e os grupos de despesa a seguir discriminadas:

- I - pessoal e encargos sociais;

04 AGO 2021



JOÃO MONLEVADE

PREFEITURA MUNICIPAL

Administração 2021-2024

- II - juros e encargos da dívida;
- III - outras despesas correntes;
- IV - investimentos;
- V - inversões financeiras; e
- VI - amortização da dívida.

**Parágrafo único.** Discriminará, ainda, a fonte de recursos que está intrinsecamente ligada à classificação orçamentária a que pertencer.

**Art. 5º** O orçamento fiscal, compreenderá a programação dos Poderes do Município, suas autarquias e fundos especiais, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser consolidada no órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo.

**Parágrafo único.** A Administração Pública Municipal como signatária do Programa Prefeito Amigo da Criança, da Fundação Abrinq pelos direitos da Criança e do Adolescente, adotará a metodologia Orçamento Criança - OCA.

**Art. 6º** O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, será constituído de:

- I - texto da lei;
- II - documentos referenciados nos artigos 2º e 22, da Lei Federal 4.320/64;
- III - quadros orçamentários consolidados;
- IV - anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei; e
- V - demonstrativo e documentos previstos no art. 5º da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000.

**Parágrafo único.** Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no caput, os seguintes demonstrativos:

- I - Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o art. 2º, inciso IV da Lei Complementar 101/2000;
- II - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do Ensino, para fins do atendimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
- III - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, nos termos da lei 14.113, de 25 de dezembro de 2020;
- IV - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins de atendimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000, e Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012;
- V - Demonstrativo de despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar 101/2000.

**Art. 7º** A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do Projeto de Lei Orçamentária, serão elaboradas em valores correntes do exercício de 2021, projetadas a partir de índices e da metodologia constantes dos Anexos da presente Lei.

04 AGO 2021



JOÃO MONLEVADE

PREFEITURA MUNICIPAL

Administração 2021-2024

**Parágrafo único.** O Projeto de Lei Orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

**Art. 8º** O Poder Executivo colocará à disposição do Legislativo Municipal, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo, conforme estabelece o art. 12 § 3º da Lei Complementar 101/2000.

**Art. 9º** O Poder Legislativo encaminhará, ao órgão do Poder Executivo, responsável pela elaboração do orçamento do Município, até 31 de agosto de 2021, sua proposta orçamentária, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária.

**Art. 10.** Na programação não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre receitas e despesas.

### CAPÍTULO III DA DÍVIDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO

**Art. 11.** A Lei Orçamentária discriminará, no órgão responsável pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal, bem como da dívida fundada por contrato.

**§ 1º** Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública municipal submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Geral do Município.

**§ 2º** Os recursos alocados para fins previstos no *caput* só poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, se ficar comprovado que os mesmos não serão necessários para pagamento dos precatórios assumidos.

**Art. 12.** A administração da dívida pública do Município tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o seu montante e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

**Parágrafo único.** Serão garantidos, na lei orçamentária anual, recursos para pagamento de juros e amortização da dívida.

**Art. 13.** Na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2022, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas e nas autorizações concedidas até a data do encaminhamento do respectivo projeto de lei à Câmara Municipal.



**Art. 14.** Na Lei Orçamentária Anual poderá conter autorização para contratação de operações de crédito, subordinando-se às normas estabelecidas na Resolução 43/2001 do Senado Federal e suas alterações.

**Art.15.** A Lei Orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução 43/2001 do Senado Federal.

**Art. 16.** Na Lei Orçamentária Anual deverá conter Reserva de Contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, equivalente a no máximo de 1% (um por cento) da receita corrente líquida, prevista na proposta orçamentária de 2022 destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

**Art. 17.** A Reserva de Contingência, caso não seja utilizada até o final do mês de outubro do exercício fiscal, poderá constituir recurso para a abertura de créditos adicionais.

#### **CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE PESSOAL**

**Art. 18.** Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constitucional Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de vantagens, aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000, até o montante das quantidades e limites orçamentários constantes do anexo discriminativo específico da Lei Orçamentária de 2022.

**§ 1º** Além de observar as normas do *cáp*ut, no exercício financeiro de 2022, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20, da Lei Complementar 101/2000.

**§ 2º** Se a despesa total com pessoal ativo e inativo ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar 101/2000, aplicar-se-á as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

**§ 3º** O Executivo, Legislativo, suas Autarquias e Fundações, tem como limite para projeção de suas despesas com pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento vigente em julho de 2021.

**§ 4º** Não constituem despesas com pessoal e encargos sociais, ainda que processadas em folha de pagamento, as verbas de caráter indenizatório definidas em lei.

**Art. 19.** No exercício de 2022, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, e no artigo 18, desta Lei, somente poderão ser admitidos servidores se

04 AGO 2021



**JOÃO MONLEVADE**

PREFEITURA MUNICIPAL

Administração 2021-2024

houver prévia dotação orçamentária em quantum suficiente para o atendimento da despesa e, ainda, se existirem cargos e empregos Públicos a serem preenchidos.

**Parágrafo único.** Ficam os Poderes, Executivo e Legislativo, suas Autarquias e Fundações, autorizados a realizar concurso público, podendo para tanto contratar empresa ou fundação especializadas.

**Art. 20.** Se durante o exercício de 2022 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar 101/2000, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

**Parágrafo único.** As situações previstas no *caput*, que exijam a realização de serviços extraordinários deverão ser justificadas pelo órgão e submetidas, no âmbito do Poder Executivo ao Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo ao Presidente da Câmara.

## **CAPÍTULO V** **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 21.** A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2022, com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

- I - aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e celeridade;
- II - aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;
- III - aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio de revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;
- IV - aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

**Art. 22.** A estimativa da receita de que trata o art. 21 levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

- I – atualização da planta genérica de valores do Município;
- II – procedimento do recadastramento imobiliário;
- III - instituição de novos tributos ou modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos;
- IV - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;



- V - revisão da legislação sobre uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- VI - revisão da legislação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;
- VII - revisão da legislação do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - ITBI;
- VIII - revisão da legislação sobre as taxas pela prestação de serviços e pelo exercício do Poder de Polícia; e
- IX - revisão da legislação que trata das isenções dos tributos municipais.

**Art. 23.** O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado, se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar 101/2000.

**Parágrafo único.** Aplica-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no *caput*.

**Art. 24.** Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

## CAPÍTULO VI DO EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

**Art. 25.** A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constantes desta Lei.

**Art. 26.** Os projetos de leis que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2022 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2022 a 2024, com respectiva memória de cálculo.

**Parágrafo único.** Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000.

**Art. 27.** As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

- I - para elevação das receitas;
  - a) a implementação das medidas previstas nos artigos 21 e 22 desta Lei;
  - b) atualização e informatização do cadastro imobiliário;
  - c) promoção de cobranças administrativas para os contribuintes em geral, inscritos na dívida ativa;
  - d) recuperação de créditos inscritos em dívida ativa através de programas de recuperação fiscal – REFIS, devidamente autorizados em lei.
- II - para redução das despesas;
  - a) normatização de rotinas e procedimentos de compras;



- b) implantação de rigorosa rotina de pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;
  - c) implantação rigorosa de controle dos bens de consumo e dos serviços contratados; e
  - d) racionalização dos diversos serviços da administração.

**Art. 28.** Na programação da despesa não poderão:

I – serem fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a se evitar a quebra do equilíbrio orçamentário entre receita e a despesa;

II - ser incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão.

## CAPÍTULO VII

### DOS CRITÉRIOS E FORMAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO

**Art. 29.** Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar 101/00, o Poder Executivo promoverá limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais, calculado de forma proporcional ao total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2022, em cada um dos citados conjuntos, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

**§ 1º** Excluem-se do *caput* as despesas que constituem obrigação constitucional e legal de execução e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida, e aquelas suportadas com recursos originados de doações e de convênios, e ainda aquelas relativas:

- I - Programa de alimentação escolar;
  - II - Despesas com saúde, relativas à:
    - a) - manutenção dos serviços de atenção básica;
    - b) - manutenção dos serviços de média e alta complexidade, prestados pelo Município;
    - c) - manutenção da assistência farmacêutica (farmácia básica);
    - d) - manutenção da vigilância em saúde.
  - III - Pessoal e encargos sociais;
  - IV - Transporte escolar; e
  - V – Sentenças Judiciais;
  - VI - à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade.

**§ 2º** A limitação da despesa deverá obedecer aos limites da nova estimativa de receita que será realizada pelo Executivo Municipal, através de seu serviço de fazenda e, encaminhada às suas diversas unidades administrativas, e também ao Poder Legislativo para seu conhecimento.

§ 3º Deverá, ainda, a nova estimativa de receita ser objeto de ampla divulgação, inclusive na internet, para conhecimento de todos.

04 AGO 2021



**JOÃO MONLEVADE**

PREFEITURA MUNICIPAL

Administração 2021-2024

## CAPÍTULO VIII

### DAS NORMAS RELATIVAS AO CONTROLE DE CUSTOS E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DOS PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS DOS ORÇAMENTOS.

**Art. 30.** O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultado de ações de governo.

**Art. 31.** Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

**§ 1º** A Lei Orçamentária de 2022 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas.

**§ 2º** Merecerá destaque o aprimoramento de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

**§ 3º** O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos.

**§ 4º** O controle de custos será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

## CAPÍTULO IX

### DAS ALTERAÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA

**Art. 32.** A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedido de justificativa, nos termos da Lei nº 4.320/64.

**§ 1º** Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais, exposição de motivos circunstanciados, que os justifique e que indiquem, quando tiverem como recursos a anulação de dotações, as consequências causadas na execução das atividades e dos projetos que tiverem seus recursos reduzidos.

**§ 2º** Cada projeto de lei deverá restringir-se a uma única modalidade de crédito adicional.

**§ 3º** Na Lei Orçamentária deverá conter autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, no valor correspondente a 30% (trinta por cento), do valor total fixado para as despesas, com utilização de recursos originados da anulação de dotações constantes do orçamento;



**§ 4º** Na abertura de créditos adicionais autorizados na forma do § 3º, poderão ser criados novos elementos de despesas e/ou fontes de recursos dentro das ações constantes da lei orçamentária, e seus valores serão computados na apuração do limite estabelecido.

**Art. 33.** Além do limite estabelecido no § 3º, do art. 32, constará também autorização para abertura de créditos no valor correspondente a 10% (dez por cento), do valor total fixado para as despesas, da seguinte forma:

- I - 5% (cinco por cento) com recursos originados do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior; e
- II - 5% (cinco por cento) com recursos originados do excesso de arrecadação verificado no exercício.

**§ 1º** Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, a exposição de motivos conterá a memória de cálculo da atualização das estimativas de receitas para o exercício.

**§ 2º** Na abertura de créditos adicionais autorizados na forma do *caput*, poderão ser criados novos elementos de despesas e/ou fontes de recursos dentro das ações constantes da Lei Orçamentária, e seus valores serão computados na apuração dos limites autorizados nos incisos I e II.

**Art. 34.** A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício financeiro, no limite de seus saldos, conforme disposto no art. 167 § 2º da Constituição Federal, será efetivada, mediante decreto do Poder Executivo, e serão incorporados no exercício financeiro, com utilização dos recursos previstos no artigo 43 da Lei nº 4.320/1964.

**Art. 35.** Fica o Executivo Municipal autorizado, mediante decreto, a promover a transposição e transferências de dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2022, conforme art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, quando da repriorização comprovada de despesas ou programas, mantida a estrutura programática, expressa por categorias de programação, conforme art. 4º desta Lei.

**Art. 36.** Na execução do orçamento do exercício de 2022 fica o Executivo Municipal autorizado a promover alterações de fontes de recursos, nos elementos de despesas constantes em cada ação.

**§ 1º** Por não se constituir como créditos adicionais, as alterações de fontes autorizadas no *caput*, não irão impactar a autorização contida na Lei Orçamentária Anual, conforme art. 32, desta Lei e art. 7º da Lei Federal 4.320/64.

**§ 2º** Nas alterações de fontes de recursos autorizadas no *caput*, deverá o Executivo observar, o equilíbrio orçamentário-financeiro das fontes de recursos movimentadas.



## CAPÍTULO X

### DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS A ENTIDADES PÚBLICAS, PRIVADAS E PESSOAS FÍSICAS

#### Seção I

##### Das Subvenções Sociais

**Art. 37.** A transferência de recursos a título de subvenção, conforme disposto no artigo 16 da Lei 4.320/64, serão concedidas para entidades sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde e educação.

**Parágrafo único.** As transferências serão realizadas através de parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, fomento ou em acordos de cooperação, observadas as normas estabelecidas na Lei 13.019/14, no que couber.

#### Seção II

##### Das Contribuições Correntes e de Capital

**Art. 38.** A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que não atuem nas áreas de que trata o *caput* do art. 37, observado o disposto na legislação em vigor.

**Parágrafo único.** A transferência de recursos a título de contribuição corrente, não autorizada em lei específica, dependerá de publicação, para cada entidade beneficiada, de ato de autorização da unidade orçamentária transferidora, o qual conterá o critério de seleção, objeto, prazo do instrumento e a justificativa para a escolha da entidade.

**Art. 39.** A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei específica, conforme o § 6º do art. 12 da Lei 4.320 de 17 de março de 1964.

#### Seção III

##### Dos Auxílios

**Art. 40.** A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no § 6º do art. 12 da Lei 4.320/64 somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público na área de educação, e sejam voltadas para a:

- a) educação especial; ou
- b) educação básica;

II - de atendimento direto e gratuito ao público na área de saúde;

III - de atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social, que se destinem a:



04 AGO 2021

- a) idosos, crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social;
  - b) habilitação, reabilitação e integração da pessoa com deficiência ou doença crônica; ou
  - c) acolhimento a vítimas de crimes violentos e seus familiares;
- IV - destinadas às atividades de coleta e processamento de material reciclável, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para aplicação dos recursos;
- V – destinadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, violação de direitos ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, nos casos em que ficar demonstrados o interesse público.

**Art. 41.** Sem prejuízo das disposições dos artigos 37 ao artigo 40, a transferência de recursos prevista na Lei 4.320/64, à entidade privada sem fins lucrativos, dependerá da justificação pela unidade concedente de que a entidade complementa de forma adequada os serviços de competência do setor público e, ainda, de que no caso de recursos de capital serão os mesmos aplicados exclusivamente em:

- I - aquisição e instalação de equipamentos, e obras de adequação física necessária à instalação dos referidos equipamentos;
- II - aquisição de material permanente; e
- III - construção, ampliação ou conclusão de obras.

**Art. 42.** Para recebimento de recursos deverá a entidade privada comprovar:

- I - a regularidade do mandato de sua diretoria, inscrição no CNPJ e apresentação de declaração de funcionamento regular de pelo menos 1 (um) ano, emitida no exercício de 2021;
- II - manutenção de escrituração contábil regular;
- III – sua regularidade fiscal, através de apresentação de pelo menos: certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- IV - a capacidade gerencial, operacional e técnica para desenvolver as atividades, com informações acerca da quantidade e qualificação profissional de seu pessoal; e
- V – que no seu quadro de dirigentes não consta agente político dos Poderes Executivo, Legislativo, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, seu cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

**Art. 43.** Não se aplicam as exigências da Lei 13.019/14 às transferências de recursos a entidades de direito privado, nas seguintes hipóteses:

- I - às transferências de recursos homologadas pelo Congresso Nacional ou autorizadas pelo Senado Federal naquilo em que as disposições conflitarem com a Lei 13.019/14;
- II - aos contratos de gestão celebrados com organizações sociais, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei 9.637 de 15 de maio de 1998;



04 AGO 2021

III - aos convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do §1º do art. 199 da Constituição Federal;

IV - aos termos de compromisso cultural referidos no § 1º do art. 9º da Lei 13.018 de 22 de julho de 2014;

V - aos termos de parceria celebrados com organizações da sociedade civil de interesse público, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei nº 9.790/99;

VI – às transferências referidas no artigo 2º da Lei 10.845/04 (PAED) e nos artigos 5º e 22 da Lei 11.947/09 (PDDE);

VII - aos pagamentos realizados a título de anuidades, contribuições ou taxas associativas em favor de organismos internacionais ou entidades que sejam obrigatoriamente constituídas por:

a) membros de Poder ou do Ministério Público;

b) dirigentes de órgão ou de entidade da administração pública;

c) pessoas jurídicas de direito público interno;

d) pessoas jurídicas integrantes da administração pública;

VIII - às parcerias entre a administração pública e os serviços sociais autônomos.

**Art. 44.** Não se aplica às parcerias regidas pela Lei 13.019 de 31 de julho de 2014 o disposto na Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

**Parágrafo único.** São regidos pelo art. 116 da Lei 8.666/1993 os convênios:

I - entre entes federados ou pessoas jurídicas a eles vinculadas;

II - decorrentes da aplicação do disposto no inciso IV do art. 3º da Lei 13.019/14.

**Art. 45.** A entidade privada beneficiada com recursos públicos a qualquer título submeter-se-á à fiscalização do Poder Executivo Municipal com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

**Art. 46.** As transferências de recursos às entidades deverão ser precedidas da aprovação de plano de aplicação e da celebração de pacto, nos termos estabelecidos na legislação vigente.

**§ 1º** Compete ao órgão concedente o acompanhamento da realização do plano de aplicação executado com recursos transferidos pelo Município.

**§ 2º** É vedada a celebração de novo pacto com entidades em situação irregular com o Município, em decorrência de transferências feitas anteriormente.

**Art. 47.** É vedada a destinação, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam às exigências do art. 26 da Lei Complementar 101/00 e sejam observadas as condições definidas em lei específica.

**Parágrafo único.** As normas do *caput* deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas com recursos do Sistema Único de Saúde.

**Art. 48.** As transferências de recursos financeiros de um órgão para outro, inclusive da Prefeitura Municipal para os órgãos da Administração Indireta e para a Câmara



04 AGO 2021

Municipal, ficam limitadas ao valor previsto na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais.

**Parágrafo único.** No caso das transferências para o Legislativo cumprir-se-á o limite estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal, devendo seu respectivo orçamento ser adequado, através de lei específica, quando fixado em valores maiores que os limites constitucionais.

## CAPÍTULO XI DA AUTORIZAÇÃO PARA O MUNICÍPIO AUXILIAR NO CUSTEIO DE DESPESAS ATRIBUÍDAS A OUTROS ENTES DA FEDERAÇÃO

**Art. 49.** A transferência de recursos, consignada na Lei Orçamentária Anual do Município, para a União, o Estado ou outro município, a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, serão realizadas somente em situações que fique comprovado o interesse local, e serão efetivadas exclusivamente mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, atendidos os dispositivos constantes dos artigos 25 e 62 da Lei Complementar 101/2000.

## CAPÍTULO XII DOS PARÂMETROS PARA A ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO.

**Art. 50.** O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2022, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 8º e 13 da Lei Complementar 101/2000.

**§ 1º** A programação financeira do Poder Legislativo corresponderá a 1/12 (um doze avos) do valor total a ser repassado, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal.

**§ 2º** Do cumprimento do estabelecido no *caput* o Poder Executivo deverá dar publicidade, com a utilização dos meios de publicações estabelecidos na Lei Orgânica do Município, e ainda, pela internet.

**§ 3º** A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata o *caput* deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecido nesta Lei.

## CAPÍTULO XIII DA DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA INÍCIO DE NOVOS PROJETOS

**Art. 51.** Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do art. 2º desta Lei, a Lei Orçamentária de 2022 e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

I - estiverem compatíveis com o Plano Plurianual e com as normas desta Lei;

04 AGO 2021



JOÃO MONLEVADE

PREFEITURA MUNICIPAL

Administração 2021-2024

- II - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;
- III - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;
- IV – estiverem preservados os recursos alocados para a contrapartida de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

**Parágrafo único.** Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2022, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2021.

## CAPÍTULO XIV DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

**Art. 52.** O Projeto de Lei Orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2022 deve assegurar o controle social e transparência na execução do orçamento:

- I - o controle social implica em assegurar a todo cidadão a participação nas ações da administração municipal;
- II - a transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

**Art. 53.** Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

- I - elaboração da proposta orçamentária de 2022 mediante regular processo de consulta; e
- II - avaliação das metas fiscais, conforme definido no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas na Lei.

## CAPÍTULO XV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 54.** Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar 101/2000:

- I - as exigências nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição Federal;
- II - no que tange ao seu § 3º, entende-se como despesa irrelevante aquelas cujo valor não ultrapasse, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei 8.666/93, para obras e serviços de engenharia e para outros serviços e compras, respectivamente;
- III - no que se refere ao disposto no seu § 1º, inciso I, na execução das despesas na antevigência da Lei Orçamentária Anual de 2022, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do respectivo Projeto de Lei; e
- IV - os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2022 poderão ser utilizados para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

04 AGO 2021



**JOÃO MONLEVADE**

PREFEITURA MUNICIPAL

Administração 2021-2024

**Art. 55.** São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem a comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

**Parágrafo único.** A contabilidade registrará tempestivamente os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorrida, sem prejuizo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do *caput*.

**Art. 56.** O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no Projeto de Lei Orçamentária Anual enquanto não iniciada a sua votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

**Art. 57.** É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

**Art. 58.** Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento das despesas orçamentárias, sem que seja acompanhado da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, definida no art. 16 da Lei Complementar 101/2000 e da indicação das fontes de recursos, ressalvado o inciso II do art. 49.

**Art. 59.** A receita derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público, não poderá ser utilizada para financiamento de despesa corrente, exceto se destinada por lei ao regime de previdência social geral.

**Art. 60.** O Poder Executivo, por intermédio do órgão responsável pela administração de pessoal, publicará, até a data de encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2022 a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral dos servidores municipais, assim como das funções públicas existentes no âmbito do Município.

**Parágrafo único.** O Poder Legislativo, através de órgão próprio, deverá observar as mesmas disposições de que trata o *caput*.

**Art. 61.** Se o Poder Legislativo não enviar para sanção o Projeto da Lei Orçamentária Anual, até 31 de dezembro de 2021, fica o Poder Executivo autorizado, a executar a programação dele constante para o atendimento das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais;

II – pagamento do serviço da dívida; e

III – de caráter continuado nas áreas de educação, assistência social, saúde e urbanismo; e

IV - outras despesas correntes de caráter inadiável, até o limite de 1/12 (um doze avos) do valor previsto para cada órgão no Projeto de Lei Orçamentária de 2022, multiplicado pelo número de meses decorridos até a data de publicação da respectiva Lei;

**Art. 62.** Compõem a presente Lei os seguintes Anexos:

I - Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências;

II - Metas Fiscais – Demonstrativo das Metas Anuais;

04 AGO 2021



**JOÃO MONLEVADE**

PREFEITURA MUNICIPAL

Administração 2021-2024

- III- Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das metas Fiscais do Exercício Anterior;
- IV- Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Últimos Exercícios;
- V - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;
- VI - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- VII - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- VIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- IX - Demonstrativo da Memória de Cálculo da Projeção da Receita para o Período de 2022 a 2024;
- X - Demonstrativo da Memória de Cálculo da Projeção da Despesa para o Período de 2022 a 2024;
- XI - Demonstrativo da Receita Primária e memória de cálculo para o período de 2022 a 2024;
- XII - Demonstrativo das Prioridades e Metas para o exercício de 2022;
- XIII - Demonstrativo de Resultado Nominal;
- XIV – Demonstrativo do Montante da Dívida;
- XI - Anexo de Metodologia e Premissas utilizadas.

**Art. 63.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

João Monlevade, 22 de julho de 2021.



Laércio José Ribeiro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Assessoria de Governo, ao vigésimo segundo dia do mês de julho de 2021.



Gentil Lucas Moreira Bicalho

Assessor de Governo


**MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**

ARF (I) RF, art 4º, § 3º)

<b>PASSIVOS CONTINGENTES</b>		<b>PROVIDÊNCIAS</b>	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	300.000,00	Anulação de doação onerosa e implementação	300.000,00
Outros Passivos Contingentes	300.000,00	Alegoria do crédito adicional a partir da anulação de outras despesas	300.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>600.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>600.000,00</b>
<b>DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS</b>		<b>PROVIDÊNCIAS</b>	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frusificação de Arrecadações	1.000.000,00	Limitação de repasse	1.000.000,00
Descrença de Projeções	800.000,00	Anulação de doação onerosa e suplementarífica	800.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.800.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.800.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.400.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.400.000,00</b>

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pùblicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Econômico. Emissão: 25/05/2021 , às 13:18:27

**MUNICÍPIO DE JOÃO MONTEVADE - MG**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**METAS ANUAIS**



AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art 4º, § 1º)

R\$ 1.00

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	2022			2023			2024		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB X 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB X 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB X 100
Receita Total	265.000.000,00	252.784.503,63	0,1296	273.000.000,00	256.084.038,09	0,096	287.000.000,00	263.742.452,78	0,097
Receitas Primárias (I)	238.615.470,55	250.479.857,69	0,0396	270.718.574,71	253.543.975,28	0,0395	258.750.450,77	258.750.016,79	0,037
Receitas Primárias Correntes	25.229.084,47	246.227.471,64	0,035	128.574	287.894,15	0,0345	120.624	282.370,04	0,036
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	45.139.631,27	43.718.771,21	0,006	23.008	45.848.772,28	0,007	22.516	53.564.233,96	0,007
Contribuições	8.568.803,02	6.360.039,74	0,001	3.347	8.644.394,19	0,001	3.341	7.343.606,86	0,001
Transferências Correntes	179.510.441,16	184.074.005,04	0,024	88.446	180.822.466,55	0,024	96.989	184.145.729,54	0,024
Dentais Redentas Primárias Correntes	28.086.989,00	28.074.585,62	0,004	14.774	30.563.743,87	0,004	14.748	32.416.330,97	0,004
Receitas Primárias de Capital	4.389.556,08	4.251.385,03	0,001	2.237	3.420.580,53	0,003	1.346	2.463.388,94	0,000
Despesa Total	265.000.000,00	252.784.503,63	0,1296	133.034	273.000.000,00	0,096	131.348	287.000.000,00	0,097
Despesas Primárias (II)	257.649.956,14	249.519.657,28	0,059	131.317	269.595.053,66	0,036	129.709	243.537.268,26	0,036
Despesas Primárias Correntes	238.461.595,43	238.050.386,77	0,033	120.008	248.844.064,14	0,032	119.726	260.133.093,62	0,033
Pessoal e Encargos Sociais	127.578.083,11	123.582.775,15	0,018	65.323	134.423.756,43	0,018	64.575	139.248.188,00	0,018
Outras Despesas Correntes	103.883.402,32	104.487.613,58	0,015	54.985	114.420.300,71	0,015	55.051	120.884.905,58	0,015
Despesas Primárias de Capital	21.187.700,71	20.520.775,51	0,003	10.789	18.753.993,52	0,003	9.503	22.404.175,64	0,003
Pagamento de Residuo à Payer da Despesas Primárias	1.000.000,00	986.523,00	0,003	0,510	1.000.000,00	0,000	0,481	1.000.000,00	0,000
Resultado Primário (III) = (I - II)	969.724,41	939.200,40	0,001	0,484	1.123.521,05	0,000	0,541	1.296.151,01	0,000
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativas (IV)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivas (V)	800.000,00	774.878,40	0,003	0,468	800.000,00	0,000	0,395	800.000,00	0,000
Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V))	168.724,41	164.362,00	0,000	0,087	373.521,06	0,000	0,152	486.161,01	0,000
Divida Pública	17.237.451,72	16.954.468,49	-0,002	-6.785	17.343.605,20	0,000	-7.252	15.767.115,73	0,000
Divida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000	0,000	-8.344	(18.513.362,50)	-0,002
Receitas Primárias Advindas de PPP (VII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Despesas Primárias Advindas de PPP (VIII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Imparcio do Saldo das PPP (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000

FONTE: Sistema de Administração de Finanças PÚblicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Econômico, Emissão: 25/05/2021, às 13:19:33

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconómico:

VARIÁVEIS	2022	2023	2024
PIB real (crescimento % anual)	2,33	2,50	2,50
Taxa real de juro implícito sobre a dívida (média % anual)	1,00	1,00	0,00
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	5,25	5,25	5,25
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	3,25	3,25	3,25
Projeção do PIB do Estado - R\$ 1.000	700.000.000.000,00	700.000.000.000,00	700.000.000.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL	196.205.032,70	207.845.410,20	220.981.316,00

04 AGO 2021

**MUNICÍPIO DE JOÃO MONTEVADE - MG**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**METAS ANUAIS**



Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

	2022	2023	2024
Valor Corrente / 1.03325	Valor Corrente / 1.0661	Valor Corrente / 1.1007	

--

04 AGO 2021  
MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

## AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso I)

R\$ 1,00

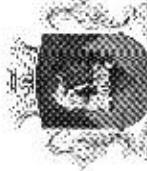
ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2020 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2020 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	233 000.000,00	0,038	130,950	249.882.471,64	0,037	140,438	16.882.471,64	7,246
Receitas Primárias (I)	244.034.988,72	0,040	137,152	248.882.919,57	0,037	139,876	4.847.930,85	1,986
Despesa Total	233.000.000,00	0,038	130,950	243.923.394,00	0,037	137.089	10.923.394,00	4,688
Despesas Primárias (II)	243.961.135,85	0,040	137,110	254.134.827,66	0,035	131,588	(9.825.308,19)	-4,028
Resultado Primário (III) = (I – II)	73.852,87	0,000	0,042	14.748.091,91	0,002	8.289	14.674.239,04	19.869.558
Resultado Nominal	(926.147,13)	0,000	-0,521	14.469.529,32	0,002	8.132	15.395.676,45	-1.662.336
Divida Pública Contabilizada	13.360.878,09	0,002	7,308	10.057.682,45	0,002	5.653	(2.942.317,55)	-22.633
Divida Consolidada Líquida	(13.360.878,09)	-0,001	-1,889	(20.999.309,57)	-0,003	-11.802	(17.638.431,48)	524,816

Nota: PIB Estadual Previsto e Realizado para 2020

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2020	607.000.000.000,00
valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2020	667.100.000.000,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pú

blicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Eco

**MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2º, Inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
Receita Total	220.000.000,00	233.000.000,00	5,91	245.000.000,00	-1,95	261.000.000,00	6,53	273.000.000,00	4,60	287.000.000,00	5,13
Receitas Primárias (I)	218.785.000,00	244.054.988,72	11,54	237.208.800,00	-4,69	258.619.420,55	9,03	270.712.574,71	4,68	284.823.430,27	5,21
Despesa Total	220.000.000,00	233.000.000,00	5,91	245.000.000,00	0,44	261.000.000,00	6,53	273.000.000,00	4,60	287.000.000,00	5,13
Despesas Primárias (II)	215.800.000,00	243.961.135,85	13,05	239.267.000,00	2,19	257.649.698,14	7,68	269.595.053,66	4,64	283.537.269,26	5,17
Resultado Primário (III) = (I - II)	2.985.000,00	73.852,87	-97,53	(2.058.200,00)	-113,96	989.724,41	-147,12	1.123.521,05	15,86	1.286.161,01	14,48
Resultado Nominal	1.785.000,00	(926.147,13)	-151,88	(4.058.200,00)	-128,05	169.724,41	-104,18	323.521,05	90,62	486.161,01	50,27
Divida Pú blica Consolidada	9.797.306,58	13.000.000,00	32,69	10.949.397,76	8,87	13.416.475,35	22,53	15.072.922,88	12,35	15.767.115,73	4,61
Divida Consolidada Líquida	1.533.751,04	(3.360.878,09)	-319,13	(22.365.596,88)	6,51	(17.237.451,72)	-22,93	(17.343.605,20)	0,62	(18.513.362,50)	6,75

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
Receita Total	241.096.284,00	244.300.500,00	8,67	245.000.000,00	-6,49	252.784.503,63	3,18	256.084.036,09	1,30	260.742.452,78	1,82
Receitas Primárias (I)	239.764.774,98	255.870.685,67	8,84	237.208.800,00	-9,10	250.478.857,68	5,59	253.943.975,29	1,38	258.765.016,79	1,90
Despesa Total	241.096.284,00	244.300.500,00	6,08	245.000.000,00	-4,21	252.784.503,63	3,18	256.084.036,09	1,30	260.742.452,78	1,82
Despesas Primárias (II)	236.493.536,76	255.793.250,94	3,80	239.267.000,00	-2,54	249.539.657,28	4,29	252.890.071,25	1,34	257.596.526,28	1,86
Resultado Primário (III) = (I - II)	3.271.238,22	77.434,73	372,71	(2.058.200,00)	-113,31	939.200,40	-145,63	1.053.904,05	12,21	1.168.490,51	10,87
Resultado Nominal	1.956.167,58	(97.1.065,27)	675,56	(4.058.200,00)	-126,75	164.382,00	-104,05	303.474,84	84,62	441.682,28	45,54
Divida Pú blica Consolidada	10.736.791,86	13.630.500,00	-1,78	10.949.397,76	3,83	12.894.164,99	18,68	14.138.955,59	8,81	14.324.586,86	1,31
Divida Consolidada Líquida	1.680.825,80	(3.523.880,68)	-409,94	(22.365.596,88)	1,58	(16.694.868,49)	-25,36	(16.268.939,27)	-2,55	(16.819.580,31)	3,38

**Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes**

2019	2020	ÍNDICES DE INFLAÇÃO			2024
		2021*	2022*	2023	
4,31	4,52	4,85	3,25	3,25	3,25

\*Inflação Média (% anual) projetada com base no IPCA, divulgado pelo IBGE.

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pú

blicas. Unidade Responsável: Sec.

Munic. Planej.

E Desenv.

Econômico.

Emissão: 25/05/2021, às 13:20:46

04 AGO 2021

04 AGO 2021



MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXOS DE METAS FISCAIS  
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

RS 1.00

PREFEITURA CONSOLIDADO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Resultado Acumulado	229.051.133,91	100,000	200.472.850,21	100,000	201.233.409,10	100,000
Total	229.051.133,91	100%	200.472.850,21	100%	201.233.409,10	100%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Total	0,00	100%	0,00	100%	0,00	100%

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 25/05/2021



## MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

## ANEXOS DE METAS FISCAIS

## ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS

AMF - Demonstrativo 5 (art. 4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2020 (a)	2019 (b)	2018 (c)
<b>RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)</b>			
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	82.545,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	3,07	695,99	1.940,80
<b>DESPESAS EXECUTADAS</b>	<b>2020 (d)</b>	<b>2019 (e)</b>	<b>2018 (f)</b>
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)</b>			
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>			
Investimentos	0,00	57.632,90	30.585,28
Inversões Financeiras	0,00	57.632,90	30.585,28
Anistiação de Dívida	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIAS</b>			
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência de Servidores	0,00	0,00	0,00
<b>SALDO FINANCEIRO</b>	<b>2020 (g) = ((Ia - IIa) + IIIb)</b>	<b>2019 (h) = ((Ib - IIe) + IIIb)</b>	<b>2018 (i) = ((Ic - IIf))</b>
<b>VALOR (III)</b>	<b>-3033,32</b>	<b>-3036,39</b>	<b>53.900,52</b>

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pú

blicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. E

--

**MUNICÍPIO DE JOÃO MONTEVADE - MG**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

**ANEXOS DE METAS FISCAIS**

**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DA RECEITA**

AMF - Demonstrativo 7 (IRF, art 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

<b>Tributo</b>	<b>Modalidade</b>	<b>SETOR/PROGRAMA/BENEFICIÁRIO</b>	<b>RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA</b>			<b>Compensação</b>
			<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros	Ao Município	REDUÇÃO DE JUROS E MULTAS PARA TODOS OS CONTRIBUINTEIS INSCRITOS NA DIVIDA ATIVA INADIMPLIMENTOS ATRAVÉS DO REFIS	500.000,00	300.000,00	200.000,00	A REDUÇÃO DE JUROS E MULTAS PROPOSTA SERÁ CONSIDERADA NA ESTIMATIVA DA RECEITA QUANDO DA ELABORAÇÃO DA LOA.
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	Concessão de isenção em caráter não geral	ISENÇÃO DE TRIBUTOS EM GERAL, PARA EMPRÉSTIMOS DE ALGUM E SOCIOECONÔMICOS E HABITAÇÃO (GERAÇÃO DE EMPRÉSTIMO E RENDA)	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	A ISENÇÃO DE IMPOSTOS REFERENCIALADA SERÁ CONSIDERADA NA ESTIMATIVA DA RECEITA QUANDO DA ELABORAÇÃO DA LOA.
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros	Ao Município	REDUÇÃO DE JUROS E MULTAS PARA TODOS OS CONTRIBUINTEIS INSCRITOS NA DIVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO ATRAVÉS DO REFIS.	300.000,00	300.000,00	300.000,00	A REDUÇÃO DE JUROS E MULTAS PROPOSTA SERÁ CONSIDERADA NA ESTIMATIVA DA RECEITA QUANDO DA ELABORAÇÃO DA LOA.
<b>Total</b>			<b>1.600.000,00</b>	<b>1.600.000,00</b>	<b>1.600.000,00</b>	<b>1.600.000,00</b>

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável Sec. Munic. Planej. E Desenv. Econômico, Emissão: 25/05/2021 , às 13:23:03





## MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

## MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

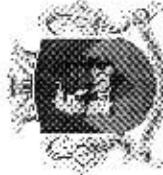
R\$ 1.00

EVENTOS	Valor Previsto para 2022
Aumento Permanente da Receita	2.600.000,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	400.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente da Receita (I)	2.200.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I) + (II)	2.200.000,00
Saldo Utilizado Margem Bruta (IV)	1.800.000,00
Novas DOCC (Despesa Obrigatória de Caráter Continuado)	1.800.000,00
Novas DOCC geradas PPP (Parceria Pú blico-F	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	400.000,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pú

blicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Des

--



**MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

**ANEXO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO**

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		PREVISTA		PROJETADA						
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
<b>ARRECADADORA</b>											
Receitas Correntes	227.109.858,58	269.746.440,08	105,73	286.877.000,00	204,87	285.103.788,40	-36,16	298.175.267,28	-7,22	313.445.084,68	-8,41
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	224.680.641,95	285.017.143,77	13,00	252.027.900,00	-4,90	277.214.233,32	9,99	281.254.676,73	5,06	307.491.695,64	5,57
Impostos	33.661.917,15	36.257.784,17	7,73	38.167.810,00	8,01	45.159.631,27	15,28	48.377.372,54	8,28	53.564.233,96	9,59
Impostos sobre o Patrimônio	0,00	0,00	0,00	37.861.510,00	7,48	43.722.085,32	15,48	47.297.317,70	8,41	62.024.000,97	9,76
Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Município Co-	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	4.208.680,35	4.902.762,86	16,49	4.585.000,00	-6,89	5.565.126,12	21,91	5.885.120,88	6,76	6.223.616,34	6,76
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	4.208.680,35	4.902.762,86	16,49	4.585.000,00	-6,89	5.565.126,12	21,91	5.885.120,88	6,76	6.223.516,34	5,75
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	4.146.464,06	4.842.767,78	15,74	4.500.000,00	-7,08	5.467.025,14	22,16	5.813.134,08	5,76	6.147.357,58	5,75
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	ED 235/23	55.965,58	-0,40	85.000,00	8,34	88.100,58	4,77	72.016,79	5,75	76.157,76	5,75
Impostos Específicos da Estados/DF Municipios.	30.331.073,08	6,62	33.298.000,00	9,78	38.165.959,20	14,60	41.612.196,82	8,79	45.797.485,63	10,32	
Impostos sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	11.130.186,18	11.137.286,84	0,06	13.226.000,00	18,75	16.166.969,20	14,60	17.512.196,82	15,54	19.797.485,63	13,05
Imposto sobre o Fazendeiro Pecuário e Territorial Urbano	9.153.625,65	8.710.721,00	-4,94	10.225.000,00	17,38	11.656.969,20	14,30	13.571.186,82	15,92	15.297.448,62	13,21
Imposto sobre Transmissão Intercional de Bens Imóveis e de	1.886.580,49	2.426.565,54	23,39	3.001.000,00	23,67	3.500.000,00	16,63	4.010.000,00	14,29	4.500.000,00	12,50
Impostos sobre a Produção, Circulação de Mercadorias e	17.378.786,62	18.183.786,45	10,83	20.470.000,00	4,57	23.000.000,00	14,60	24.000.000,00	4,35	26.000.000,00	8,33
Imposto sobre Serviços de Cuadruel Nacional	17.378.786,62	18.183.786,45	10,83	20.370.000,00	4,57	23.000.000,00	14,50	24.370.000,00	4,35	26.000.000,00	8,33
Taxas	934.245,00	6.016.445,22	2,48	4.296.300,00	27,22	1.417.545,95	9,35	1.490.054,84	4,41	1.543.282,98	4,27
Taxas pela Prestação de Serviços	818.659,28	862.20,67	4,17	1.162.000,00	36,25	1.229.974,46	5,76	1.210.640,49	4,20	1.332.023,32	4,04
Taxas pela Prestações de Serviços	818.689,28	852.820,57	4,17	1.162.000,00	36,26	1.228.974,46	5,76	1.210.640,49	4,20	1.332.023,32	4,04
Taxas pela Prestação de Serviços	818.660,26	912.920,57	4,17	1.162.000,00	36,25	1.228.974,46	5,76	1.280.640,49	4,20	1.352.402,32	4,04
Tarifa Específicas de Estados, DF e Municípios	175.575,72	166.127,68	-6,38	134.300,00	-19,18	188.571,49	40,41	199.444,35	5,76	210.880,67	6,76
Tarifa de Inspeção, Controle e Fiscalização	176.676,72	166.127,65	-5,38	134.300,00	-19,15	188.571,49	40,41	199.444,35	5,76	210.880,67	5,75
Tarifa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	60.833,52	EOH-B?	-99,01	131.000,00	21.750,92	630,90	-99,48	730,53	5,76	772,64	5,75
Tarifa de Inspeção, Controle e Fiscalização	114.742,10	165.128,98	44,25	1.330,00	-99,21	187.880,16	14.352,35	198.883,72	5,75	210.108,03	5,75
Contribuições	5.476.165,76	6.785.219,82	5,64	6.200.000,00	7,17	6.556.003,02	6,92	6.944.394,19	6,76	7.343.698,96	5,75
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pú-	5.476.165,75	5.785.219,82	5,64	6.200.000,00	7,17	6.556.003,02	5,92	6.944.394,19	5,75	7.343.698,96	5,75
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pú-	5.476.165,75	5.785.219,82	5,64	6.200.000,00	7,17	6.556.003,02	5,92	6.944.394,19	5,75	7.343.698,96	5,75
Receita Parimental	830.169,01	434.692,87	-47,63	638.200,00	46,82	493.419,88	-22,68	621.781,64	6,76	551.794,55	5,75
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	138.117,85	\$3.562,77	-39,93	200.000,00	139,34	94.862,10	-62,57	100.306,10	5,75	106.073,70	5,75
Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito	139.117,95	\$3.562,77	-39,93	200.000,00	139,34	94.852,10	-52,57	100.306,10	5,75	106.073,70	5,75
Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de	139.117,95	83.562,77	-36,93	200.000,00	139,34	94.852,10	-52,57	100.306,10	5,75	106.073,70	5,75
Valores Mobiliários	690.991,06	351.130,10	-49,16	436.200,00	24,80	398.167,78	-8,04	421.485,44	6,76	445.729,05	5,75
Juros e Comissões Monetárias	888.836,41	350.155,75	-49,24	437.700,00	26,00	387.462,13	-9,19	420.317,08	5,75	444.485,29	5,75
Remuneração de Depósitos Bancários	888.836,41	351.158,75	-49,24	437.700,00	25,00	387.462,13	-9,19	420.317,08	5,75	444.485,29	5,75
Dividendos	1.134,65	973,35	-14,22	500,00	-48,63	1.104,85	120,87	1.168,38	6,76	1.235,86	5,75

04 AGO 2021



**MUNICÍPIO DE JOÃO MONTEVADE - MG**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**

ANEXO DE MEIAS FISCALIS

ANEXO DE MEIAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X: TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁI CHI O

REF #14529 Inciso III



ESPECIFICAÇÃO

RS 1.00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		PREVISTA		PROJETADA						
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
	620.624,26	1.096.233,78	76,96	840.000,00	-23,61	840.000,00	0,00	840.000,00	0,00	840.000,00	0,00
Transferências do Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social	620.624,26	1.096.233,78	76,96	840.000,00	-23,61	840.000,00	0,00	840.000,00	0,00	840.000,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social	2.000.181,36	12.811.667,40	540,53	2.000.000,00	-84,39	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00
Outras Transferências da União	2.000.181,36	12.811.667,40	540,53	2.000.000,00	-84,39	2.000.000,00	0,30	2.000.000,00	0,30	2.000.000,00	0,30
Outras Transferências ao Exterior	2.000.181,36	12.811.667,40	540,53	2.000.000,00	-84,39	2.000.000,00	0,30	2.000.000,00	0,30	2.000.000,00	0,30
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua Capital	64.480.285,62	71.347.621,96	10,68	73.830.000,00	-3,48	77.981.113,90	5,53	81.540.592,47	4,66	86.100.255,54	4,37
Transferências dos Estados - Específica EIM	64.480.285,62	71.347.621,96	10,68	73.830.000,00	-3,48	77.981.113,90	5,53	81.540.592,47	4,66	85.100.255,54	4,37
Participação na Recadação dos Estados	60.634.969,96	65.633.394,38	8,39	69.580.000,00	6,01	73.694.006,28	5,92	77.238.141,64	4,80	85.780.584,79	4,69
Cota-Parte do ICMS	46.110.595,90	49.986.145,02	1,79	55.000.000,00	10,03	50.300.000,00	9,70	61.050.000,00	5,00	66.100.000,00	4,78
Cota-Parte do ISS	10.768.536,51	15.032.320,13	39,58	14.000.000,00	-5,87	15.300.000,00	7,14	13.500.000,00	3,85	14.000.000,00	3,75
Cota-Parte do IPI - Municípios	602.746,93	554.634,27	-7,98	500.000,00	-8,83	629.565,38	25,91	655.765,37	5,75	704.146,88	5,75
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	72.117,82	60.295,06	-11,35	80.000,00	32,68	68.440,82	-14,43	72.176,27	5,75	76.537,91	5,75
Transferência de Recursos do Estado para Programas de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste	3.351.331,64	5.462.262,54	62,99	4.000.000,00	-28,77	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Transferência de Recursos do Estado para Programas de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste	3.351.331,64	5.462.262,54	62,99	4.000.000,00	-28,77	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Transferências de Estados destinadas à Assistência Social	151.949,55	243.316,80	58,05	200.000,00	-17,80	276.190,83	38,10	292.071,80	5,75	308.865,93	5,75
Transferências de Estados destinadas à Assistência Social	153.849,56	243.318,30	58,05	200.000,00	-17,80	275.150,83	38,10	292.071,80	5,75	308.865,93	5,75
Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal	349.422,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios dos Estados Destinadas a Programas Sociais	149.422,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências dos Estados	60.612,46	8.646,54	-82,92	50.000,00	478,27	9.814,89	-80,37	10.379,03	5,75	10.976,82	5,75
Outras Transferências dos Estados	50.612,46	8.646,54	-82,92	50.000,00	478,27	9.814,89	-80,37	10.379,03	5,75	10.976,82	5,75
Transferências de Instituições Privadas	212.221,54	2.874.356,20	1.264,36	311.000,00	-89,18	300.716,11	-3,31	300.756,23	0,01	300.799,71	0,01
Transferências de Instituições Privadas	212.221,54	2.874.356,20	1.264,36	311.000,00	-89,18	300.716,11	-3,31	300.756,23	0,01	300.799,71	0,01
Transferências de Outras Instituições Públicas	24.198.163,82	27.438.617,94	13,39	27.000.000,00	+1,60	31.145.675,25	15,35	32.935.446,33	6,76	35.410.291,47	6,79
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	245.675,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	296.103,65	5,75	313.128,96	5,75
Transferências de Outras Instituições Públicas - Específicas	24.199.163,82	27.181.941,12	12,37	27.000.000,00	-0,71	30.865.572,37	14,32	32.840.342,78	5,75	35.517.162,49	5,81
Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento das Universidades Federais	24.199.163,82	27.181.941,12	12,37	27.000.000,00	-0,71	30.865.572,37	14,32	32.840.342,78	5,75	36.817.162,49	5,81
Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento das Universidades Federais	24.199.163,82	27.181.941,12	12,37	27.000.000,00	-0,71	30.865.572,37	-4,32	32.840.342,78	5,75	35.517.162,49	5,81
Outras Receitas Correntes	1.277.953,95	1.597.723,29	28,83	1.463.000,00	-2,65	1.440.892,95	+12,86	1.488.849,17	3,34	1.539.558,95	3,41
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	93.888,46	97.187,88	4,41	605.000,00	-37,75	616.468,04	1,80	617.128,51	0,11	617.825,90	0,11
Multas Previstas em Legislação Específica	855.540,68	544.469,86	81,22	600.000,00	43,78	600.000,00	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00	0,00
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	855.540,68	417.305,03	-51,22	600.000,00	43,78	600.000,00	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00	0,00
Multas decorrentes de sentenças judiciais	0,00	10.103,98	0,00	0,00	0,00	11.468,04	0,00	12.128,51	5,75	12.826,90	5,75
Multas e Juros Previstos em Contratos	12.006,27	0,00	0,00	0,00	0,00	11.468,04	0,00	12.128,51	5,75	12.825,90	5,75
Multas e Juros Previstos em Contratos	12.006,27	0,00	0,00	0,00	0,00	11.468,04	0,00	12.128,51	5,75	12.825,90	5,75



**MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**Demonstrativo X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO**

LRF, art. 4º, § 2º, Inciso III

(R\$ 1,0)

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		PREVISTA		PROJETADA						
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
Indenizações, Restituições e Resarcimentos	150.723,53	411.271,03	172,86	634.000,00	56,31	465.813,74	-31,75	493.676,68	5,75	522.063,09	5,75
Ressarcimentos	150.723,53	411.271,03	172,85	634.000,00	66,31	465.813,74	-31,75	493.676,68	5,75	522.063,09	5,75
Ressituição de Convênios	14.280,29	188.221,55	1.218,05	200.000,00	6,26	213.550,28	6,43	225.935,17	5,75	238.246,44	5,75
Ressituição da Correção da Fazenda - Financeira	6.055,86	95.854,10	1.388,33	100.000,00	11,24	102.058,66	2,04	107.605,90	5,75	114.110,40	5,75
Ressituição de Correções - Financeira	8.244,41	98.327,55	1.092,66	100.000,00	1,70	111.611,80	11,61	118.028,27	5,75	124.115,95	5,75
Outras Ressituições	135.443,24	223.049,48	63,47*	484.000,00	116,99	263.183,46	47,69	267.741,51	5,75	283.336,65	5,75
Outras - Residuais	135.443,24	723.045,48	63,47	484.000,00	115,98	253.183,46	47,68	267.741,51	5,75	283.336,65	5,75
Demais Recursos Correntes	236.370,87	314.773,38	33,17	364.000,00	16,64	357.299,27	-1,84	377.843,98	5,75	398.570,00	5,75
Encargos Legais pela Inscricção em Dívida Ativa e Receitas	53.739,50	109.177,95	103,16	150.000,00	37,39	123.327,94	-17,38	131.053,80	5,75	138.889,39	5,75
Outras de Subordenação	53.735,31	-03.177,95	103,16	150.000,00	37,35	123.327,94	-17,39	131.053,80	5,75	138.889,39	5,75
Outras Receitas	182.631,67	205.595,39	12,57	214.000,00	4,09	233.371,33	8,05	246.790,18	5,75	260.380,61	5,75
Outras Receitas - Primárias	182.631,67	205.595,39	12,57	214.000,00	4,09	233.371,32	8,05	246.790,18	5,75	260.380,61	5,75
Receitas de Capital	2.619.256,63	4.729.286,31	87,73	14.480.000,00	208,77	7.888.556,08	-45,15	8.920.580,56	-12,28	8.863.388,34	-43,98
Operações de Crédito	1.139.628,74	2.379.034,23	108,76	6.000.000,00	152,20	3.000.000,00	-40,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00
Operações de Crédito Interno	1.139.628,74	2.379.034,23	108,76	6.000.000,00	152,20	3.000.000,00	-40,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	0,00	2.379.034,23	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	0,00	2.379.034,23	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	1.139.628,74	0,00	0,00	6.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	1.139.628,74	0,00	0,00	6.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens - Contrário ao Interesse - Mercado Interno	1.139.628,74	0,00	0,00	6.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	500.000,00	-16,67	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis e Semipóntives	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis e Semipóntives	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00
Transferências de Capital	1.379.828,89	2.360.262,08	70,35	8.060.000,00	242,61	4.388.556,08	-45,47	3.420.580,56	-22,07	2.463.388,34	-28,28
Transferências da União e de suas Entidades	1.379.828,89	1.943.262,08	40,86	8.050.000,00	314,26	4.089.666,08	-49,20	3.120.580,56	-23,69	2.163.388,34	-30,99
Transferências de Recursos Destinados à Programação de E	1.379.828,89	1.943.262,08	40,86	8.050.000,00	314,25	4.088.556,08	-49,20	3.120.580,56	-23,69	2.153.388,34	-30,98
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde "	0,00	276.245,00	0,00	0,00	0,00	311.430,60	0,00	330.395,36	5,75	348.390,09	5,75
Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saú	0,00	275.245,00	0,00	0,00	0,00	312.420,60	0,00	330.395,36	5,75	349.365,09	5,75
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Frigorífica Nacional de Reservatúria e Aquisição de Equipa	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Convênios da União e de suas Entidades:	1.193.728,75	1.291.416,22	8,18	7.450.000,00	476,89	2.777.125,48	-52,72	1.790.185,20	-55,54	803.995,86	-46,09
Transferências de Convênio da União destinadas a Programa	272.624,01	201.082,33	-26,66	0,00	0,00	227.125,48	0,00	240.165,20	5,75	253.085,85	5,75
Transferências da União e das Unidades destinadas a Program	653.169,85	5.71.715,15	-12,47	7.000.000,00	1.124,39	2.000.000,00	-71,43	50.00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União destinadas a Programa	117.714,29	470.657,14	300,00	300.000,00	-36,29	500.000,00	66,67	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00

04 AGO 2021



**MUNICÍPIO DE JOÃO MONTEVADA - MG**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO**

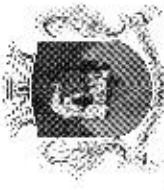
LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		PREVISTA		PROJETADA						
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
Outras Transferências de Convenções da União	150.000,00	48.750,00	-67,50	150.000,00	207,99	50.000,00	-46,57	51.000,00	0,10	50.000,00	0,00
Outras Transferências da União	185.800,14	376.601,86	102,58	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00
Outras Transferências da União	185.800,14	376.301,86	-102,58	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua Transfereência dos Estados, Distrito Federal, e de suas Entidades - Específica E/M	0,00	407.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - Transferências das Receitas do Sistema Único de Saúde	0,00	407.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00
Transferências de Convenções dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Específica E/M	0,00	325.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00
Outras Transferências da Correção dos Estados	0,00	325.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00
<b>CORRENTE INTRAORÇAMENTARIA</b>											
Receitas Correntes	501.671,49	664.865,20	12,60	553.000,00	-3,10	641.171,68	15,84	678.039,06	5,75	717.028,30	5,75
Receitas de Serviços	501.671,49	564.859,20	12,60	663.000,00	-2,10	641.171,68	15,84	676.038,06	5,75	717.028,30	6,75
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	501.671,49	564.859,20	12,60	553.000,00	-2,10	641.171,68	15,84	676.039,06	5,75	717.028,30	6,75
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	501.671,49	564.859,20	12,60	553.000,00	-2,10	641.171,68	15,84	676.039,06	5,75	717.028,30	6,75
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	501.671,49	564.859,20	12,60	553.000,00	-2,10	641.171,68	15,84	676.039,06	5,75	717.028,30	6,75
(19.765.983,41)	(120.428.827,64)	3,35	(22.230.000,00)	4,62	(24.744.961,08)	11,31	(25.153.295,34)	4,48	(27.162.110,88)	5,06	
<b>DEDUÇÃO FUNDEF</b>											
Receitas Correntes	(19.765.983,41)	(120.428.827,64)	3,35	(22.230.000,00)	4,62	(24.744.961,08)	11,31	(25.153.295,34)	4,48	(27.162.110,88)	5,06
Transferências Correntes	(19.765.983,41)	(120.428.827,64)	3,35	(22.230.000,00)	4,62	(24.744.961,08)	11,31	(25.153.295,34)	4,48	(27.162.110,88)	5,06
Transferências da União e de suas Entidades	(7.665.414,50)	(7.314.269,35)	-4,63	(8.330.000,00)	13,89	(10.019.048,00)	20,28	(10.420.143,26)	4,00	(11.021.301,50)	6,77
Transferências da União - Especifica E/M	(7.665.414,50)	(7.314.269,35)	-4,63	(8.330.000,00)	13,89	(10.018.048,00)	20,28	(10.420.143,26)	4,00	(11.021.301,50)	6,77
Participação na Receita da União	(7.665.414,50)	(7.314.268,35)	-4,63	(8.330.000,00)	13,89	(10.018.048,00)	20,28	(10.420.143,26)	4,00	(11.021.301,50)	6,77
Cota Parte do Fundo de Participação nos Municípios - Cola VI	(7.650.366,62)	(8.300.000,00)	13,74	(10.000.000,00)	20,48	(10.400.000,00)	4,70	(11.050.300,00)	5,77	(11.361.50)	5,75
Cota Parte do I-Social Sobre a Propriedade Rural	(18.877,98)	(16.761,92)	-11,17	(30.000,00)	78,77	(19.648,00)	-38,51	(23.143,26)	5,75	(23.143,26)	5,75
Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.G. N	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência Financeira dos Estados e do Distrito Federal e de sua Transfereência dos Estados - Específica E/M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação na Receita dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cola Parte do ICMS	(12.096.568,91)	(13.114.618,29)	8,42	(13.900.000,00)	6,99	(14.725.913,08)	5,94	(15.433.153,08)	4,80	(16.140.809,38)	4,59
Cola Parte do IPVA	(12.096.568,91)	(13.114.618,29)	8,42	(13.900.000,00)	5,99	(14.725.913,08)	6,94	(15.433.163,08)	4,80	(16.140.809,38)	4,59
Cola Parte do ICMS	(12.096.568,91)	(13.114.618,29)	8,42	(13.900.000,00)	5,99	(14.725.913,08)	5,94	(15.433.163,08)	4,80	(16.140.809,38)	4,59
Cola Parte do ICMS	(12.096.568,91)	(13.114.618,29)	8,42	(13.900.000,00)	10,03	(12.600.000,00)	5,03	(12.600.000,00)	5,03	(13.200.000,00)	4,76
Cola Parte do ICMS	(12.096.568,91)	(13.114.618,29)	8,42	(13.900.000,00)	8,87	(2.800.000,00)	-7,14	(2.700.000,00)	2,85	(2.600.000,00)	3,70
Cola Parte do ICMS	(12.096.568,91)	(13.114.618,29)	8,42	(13.900.000,00)	-9,61	(125.313,08)	25,01	(125.313,08)	5,75	(114.309,38)	5,75
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	207.846.546,66	249.862.471,64	20,23	246.000.000,00	-1,95	261.000.000,00	8,53	273.000.000,00	4,60	287.000.000,00	6,13

FONTE: Sistema de Administração de Finanças PÚ blicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Econômico, Emissão: 25/05/2021, às 13:24:15

04 AGO 2021

04 AGO 2021



**MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

**DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO**

--



**MUNICÍPIO DE JOÃO MONTEVADE - MG**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

**ANEXO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO**

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	% 2020	2021	% 2021	PREVISTA 2022	% 2022	2023	% 2023	2024	% 2024	%
DESPESAS CORRENTES	195.368.046,83	218.871.682,97	12,02	215.590.940,00	-0,13	237.212.299,29	7,98	250.649.006,48	5,68	261.935.824,36	4,53	5,60
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	105.389.877,27	119.761.657,62	12,71	118.137.970,00	-0,54	126.053.845,04	6,39	134.548.225,60	5,37	138.779.553,40	5,60	5,75
TRANSFERÊNCIAS A CONSELHOS PÚBLICOS CONTRAT	484.327,56	483.047,96	1,80	561.000,00	13,78	559.858,74	-0,24	559.858,74	5,75	625.899,87	5,75	5,75
FATÉC PE-A PARCIPACAO EM CONSORCIO PÚBLICO	484.327,56	483.047,96	1,90	561.000,00	13,78	559.858,74	-0,24	559.858,74	5,75	625.899,87	5,75	5,75
APLICAÇÕES CRETATAS	104.805.543,66	119.268.603,66	12,76	117.376.870,00	-0,60	127.493.986,30	8,42	134.334.330,48	5,37	138.153.683,53	5,59	5,59
ABSENTEADOAS DO RPPS, RESERVA REUNIDARADA	1.286.492,96	1.374.075,93	2,92	1.411.500,00	-0,60	1.502.859,72	8,46	1.536.379,91	5,75	1.600.709,25	5,75	5,75
CONTRATACAO POR TEMPO DEFINIDO	9.531.319,05	12.123.223,40	27,30	13.765.130,00	-11,28	12.548.166,81	16,55	13.564.332,54	6,10	14.401.781,67	6,17	6,17
VENCIMENTOS E VÁGIAS FIXAS - PESSOAL CIVIL	67.818.229,59	75.251.131,64	10,99	76.301.940,30	1,47	80.800.367,72	5,90	84.613.736,62	4,71	87.459.521,20	3,36	3,36
OBIGAÇÕES PATRONAS	22.583.499,76	24.151.393,26	6,80	24.243.620,00	0,38	25.414.725,14	B,95	27.990.505,67	5,91	28.657.510,51	5,96	5,96
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.210.13,41	1.489.371,27	23,90	1.456.400,00	-2,93	1.701.851,19	16,94	1.759.286,56	5,72	1.803.284,78	5,78	5,78
SENTENÇAS JUDICIAIS	2.325.341,50	3.340.476,32	43,30	3.140.100,30	-6,17	3.798.565,26	20,97	4.017.003,83	5,75	3.246.931,58	-18,17	-18,17
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	D,00	1.500,00	D,00	0,00	D,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVENIÇÕES E RESTITUÇÕES TRABALHISTAS	130.564,89	683.245,04	386,04	251.700,00	-60,25	719.760,44	195,58	760.127,23	5,76	803.934,56	5,75	5,75
APLICAÇÃO DIRETA À CONTA DE RECURSOS DE OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	775.343,98	616.179,66	-20,27	2.000.000,00	224,53	800.000,00	-46,00	800.000,00	D,00	800.000,00	D,00	D,00
APLICAÇÕES DIRETAS	775.343,98	616.179,66	-20,27	2.000.000,00	224,53	800.000,00	-46,00	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00	0,00
JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	775.343,98	616.179,66	-20,27	2.000.000,00	224,53	800.000,00	-46,00	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTEIS	90.222.345,83	100.571.451,17	11,48	99.553.070,00	-1,01	108.368.644,25	B,85	114.822.775,86	6,08	121.416.270,96	5,65	5,65
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	89.175,28	16.415,38	-81,40	170.000,00	821,64	20.657,36	-87,68	22.141,26	5,75	23.414,38	5,75	5,75
CONTRIBUIÇÕES	89.175,28	16.415,38	-81,40	170.000,00	821,64	20.657,36	-87,68	22.141,26	5,75	23.414,38	5,75	5,75
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	0,00	70.034,98	11,00	82.000,00	17,08	79.466,71	-3,08	84.087,77	5,75	88.901,67	5,75	5,75
CONTRIBUIÇÕES	0,00	70.034,66	2,00	82.000,00	17,08	79.466,71	-3,08	84.087,77	5,75	88.901,67	5,75	5,75
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM TÍTULOS CONTRIBUIÇÕES	9.305.475,72	13.814.560,86	49,44	9.533.000,00	-28,10	12.860.942,06	28,68	13.752.598,25	7,00	14.736.095,53	6,62	6,62
SUBVENÇÕES SOCIAIS	1.302.098,29	848.745,54	-27,19	1.210.000,00	27,54	1.276.018,79	5,53	1.338.841,62	4,85	1.404.325,01	4,89	4,89
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS S卢VEVÂNCIAS E ECONÔMICAS	8.003.587,43	12.895.847,32	60,73	8.723.000,00	-32,20	11.604.323,29	33,03	12.443.744,63	7,24	13.331.770,52	7,14	7,14
TRANSFERÊNCIAS A CONSELHOS PÚBLICOS MUNICIPAL	181.366,20	287.956,14	59,77	260.500,00	-9,53	326.489,01	25,42	345.653,40	5,74	388.528,47	5,75	5,75
RATEIO PELA PARCIPACAO EM CONSORCIO PÚBLICO	181.366,20	287.956,14	58,77	260.500,00	-9,53	326.489,01	25,42	345.653,40	5,75	388.528,47	5,75	5,75
APLICAÇÕES DIRETAS	76.954.504,70	82.932.169,08	7,75	86.637.570,00	3,59	91.022.795,18	8,25	96.423.105,88	5,94	101.688.213,90	5,46	5,46
DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	169.324,00	152.275,00	-10,07	221.510,00	49,47	172.897,35	-21,97	182.755,07	5,75	193.298,27	5,75	5,75
MATERIAL DE CONSUMO	9.168.261,29	8.784.100,10	6,43	8.612.530,00	-1,75	10.195.922,02	5,12	10.744.523,11	6,22	11.449.833,19	6,29	6,29
PRIMAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, O	21.160,40	383.038,30	1.718,76	46.000,00	-87,89	434.767,00	845,13	459.737,25	5,75	486.225,02	5,75	5,75
Natural Her cui Servo para Detinção Gralula	1.788.207,43	2.649.240,87	48,15	2.163.000,00	-17,80	2.007.141,96	-8,06	2.180.032,62	8,61	2.362.605,65	8,39	8,39

04 AGO 2021



**MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

**ANEXO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO**

Lei Orgânica do Município de João Monlevade

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA			PROJETADA					
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024		
Despesas e Despesas com Locomoção	15.311,00	698,40	94,84	12.440,30	1.712,35	7.979,13	-53,74	8.273,53	5,75	8.713,11	5,75	
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE OUTROS SERVIÇOS DE CONSULTORIA	777.058,40	701.751,45	-9,31	1.000.000,00	41,86	798.967,76	-20,00	945.564,87	5,75	954.317,95	5,75	
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEROS - PESSOA FÍSICA	90.148,77	92.841,60	2,98	300.900,00	224,10	195.384,50	-64,98	111.444,11	5,75	117.952,15	5,75	
LOCACAO DE MÃO-DE-OBRA	692.850,87	1.054.037,93	6,36	1.476.420,00	39,54	1.230.978,86	-16,66	1.270.035,15	5,75	1.343.262,17	5,75	
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00	530,00	0,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICACOES SOCIAIS	52.280.599,26	55.537.014,66	6,96	55.658.240,00	1,65	62.434.165,37	9,91	63.145.018,43	5,04	69.557.769,26	5,16	
AJUDICO-ALIMENTAÇÃO	521.952,09	819.761,68	16,87	1.115.000,00	36,18	926.385,47	-16,66	982.825,14	5,75	1.039.327,56	5,75	
OUTRAS APLICAÇOES DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
APLICACOES CIRÉTAS	6.291.421,06	6.744.628,86	7,27	7.395.000,00	9,64	7.500.000,24	3,13	8.056.278,42	5,75	8.451.814,43	5,75	
OBRAÇO-5 TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	2.050.281,48	2.468.316,50	17,45	2.246.300,00	-6,73	2.733.600,06	21,70	2.890.666,66	5,75	3.027.051,49	5,75	
OUTRAS APLICAÇOES FINANCERAS A PESSOAS FÍSICAS	216.987,64	322.422,47	1,17	310.050,00	36,37	282.471,75	-16,56	266.986,88	5,75	262.340,74	5,75	
APLICACOES-TRASPORTES	1.493.073,75	1.831.752,76	-4,35	2.058.020,00	148,33	342.913,84	-64,46	387.194,53	5,75	1.054.553,54	5,75	
Selos nas Judiciarias	507.403,86	583.060,30	12,46	641.100,00	6,14	775.341,76	20,34	419.953,90	6,76	HB / 1000 4,7	5,75	
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	7.417,77	3,00	0,00	12.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INDENIZAÇOES E RESTITUIÇOES	362.726,14	262.020,98	2,64	138.420,00	-61,76	410.954,06	95,72	434.504,52	5,75	459.563,70	5,75	
APLICAÇÃO-DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO-FATH	598.611,86	418.599,16	-39,07	523.000,00	27,33	276.151,93	-10,86	507.473,17	5,75	531.350,37	5,75	
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEROS - PESSOA JURÍDICA	598.611,86	418.599,16	-30,07	532.900,00	27,31	475.151,63	-10,34	502.473,17	5,75	531.365,37	5,75	
APLICAÇÃO-DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO-FATH	3.151.707,86	3.229.186,32	-2,94	2.937.010,00	-3,98	3.472.493,42	18,23	3.617.474,79	5,75	3.865.311,38	5,75	
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEROS - PESSOA JURÍDICA	3.151.707,86	3.229.186,32	-2,94	2.607.000,00	-3,98	3.472.493,42	18,23	3.672.701,79	5,75	3.983.371,08	5,75	
DESPESAS DE CAPITAL	12.790.437,27	23.981.811,03	87,26	24.709.060,00	3,16	23.187.700,71	-6,16	21.760.993,62	-6,20	24.404.176,64	12,20	
INVESTIMENTOS	6.671.684,46	21.708.329,62	120,71	21.908.060,00	0,55	21.187.700,71	-3,26	18.750.882,52	-6,78	22.404.176,64	13,43	
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO PARA PARTICIPAÇÃO EM CONSORCIO PÚBLICO	100.508,35	228.155,72	25,327,55	55,52	40.500,00	57,67	78.132,99	-26,06	30.613,21	5,75	32.594,87	5,75
APLICAÇOES CIRÉTAS	9.647.558,90	21.702.659,82	121,00	21.968.560,00	0,40	21.188.565,02	-3,26	18.720.180,31	-6,80	22.371.500,67	13,45	
MATERIAL DE CONSUMO	1.720.403,67	59.767,10	-94,51	80.800,00	15,83	78.101,26	-2,00	84.234,20	5,38	88.648,91	5,17	
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	9.156,16	0,00	5.000,00	-45,40	10.365,43	107,97	-10.890,17	5,75	11.685,26	5,75	
OBRAÇO-5 INSTITUIÇOES	3.899.118,08	20.193.000,63	404,09	19.371.400,00	-4,02	18.908.724,02	-2,38	17.227.153,16	-8,50	18.620.087,57	13,69	
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.054.501,68	755.948,55	-26,22	1.929.560,00	141,70	1.214.900,05	-28,12	1.525.221,41	14,46	1.707.162,91	13,43	
Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INDENIZAÇOES E INSTITUIÇOES	3.422.025,65	515.676,68	-84,34	1.000,00	-90,61	593.532,00	58.450,26	678.857,50	5,75	654.547,56	5,75	
AMORTIZAÇÃO DA DÉBITO	2.918.352,79	2.163.451,41	25,87	2.800.000,00	29,42	2.000.000,00	-28,57	2.020.000,00	0,00	2.020.000,00	0,00	
APLICAÇOES DIRETAS	2.918.352,79	2.163.451,41	-25,87	2.800.000,00	28,42	2.000.000,00	-28,57	2.020.000,00	0,00	2.020.000,00	0,00	
PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	2.918.352,79	2.163.451,41	-25,87	2.800.000,00	28,42	2.000.000,00	-28,57	2.020.000,00	0,00	2.020.000,00	0,00	

04 AGO 2021



**MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO**

LEF, art. 4º § 2º, Inciso III

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA		PREVISTA		PROJETADA					
	2019	2020	%	2021	%	2023	%	2024	%	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,30	0,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	600.000,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,30	0,00	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	600.000,00	0,00	
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>209.168.604,10</b>	<b>245.923.384,00</b>	<b>16,62</b>	<b>245.000.000,00</b>	<b>0,44</b>	<b>261.000.000,00</b>	<b>8,53</b>	<b>273.000.000,00</b>	<b>4,60</b>	
FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pú										
blicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Econômico, Emissão: 25/05/2021 , às 13:25:42										

04 AGO 2021



**MUNICÍPIO DE JOÃO MONTEVADE - MG**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

**ANEXO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO**

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA			PROJETADA			
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024
<b>ARRECADADORA</b>										
Rendas Correntes	227.109.888,58	288.746.440,06	105,73	286.677.000,00	204,87	285.103.789,40	-36,16	298.175.267,29	-7,22	313.445.004,68
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	224.550.601,06	265.617.143,77	18,00	252.027.000,00	-4,90	237.214.233,32	9,99	281.254.676,73	5,05	307.491.895,64
Impostos	33.651.971,15	36.262.784,17	7,73	39.167.800,00	3,01	45.138.631,27	15,28	48.877.372,54	8,28	53.554.283,96
Impostos sobre o Patrimônio	32.657.672,15	36.233.836,96	7,89	37.461.800,00	7,46	43.722.085,32	16,48	47.397.317,70	8,41	52.021.000,97
Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Município Caná	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	4.205.550,35	4.902.762,86	16,49	4.665.000,00	-6,89	5.585.126,12	21,91	5.895.120,88	5,75	6.223.616,34
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	4.205.550,35	4.902.762,86	16,49	4.585.000,00	-6,89	5.585.126,12	21,91	5.895.120,88	5,75	6.223.616,34
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	4.148.454,36	4.842.762,86	16,74	4.500.000,00	-7,08	5.437.025,14	22,16	5.813.104,09	5,75	6.147.357,58
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Fazendários	50.225,28	59.885,56	-0,40	65.000,00	9,34	66.100,88	4,77	72.716,79	5,75	76.157,78
Impostos Específicos de Estados/DF Municipios	30.331.073,09	6,62	33.296.000,00	9,78	38.156.959,20	14,80	41.512.195,82	8,79	45.797.456,63	10,32
Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF Municipios	11.130.186,18	11.137.206,64	0,06	13.226.000,00	18,75	16.166.958,20	14,80	17.612.195,82	15,54	19.797.456,63
Imposto sobre a Propriedade Ferial e Litteraria Urbana	9.163.625,63	6.710.711,01	-4,94	13.225.300,00	17,38	11.686.958,20	14,00	13.512.195,82	15,82	15.291.486,63
Imposto sobre Transmissão "Intra Vivos" de Bens Imóveis e de Impostos sobre a Produção, Oficialização de Mercadorias e Serviços	1.866.560,43	2.426.595,64	21,33	3.001.000,00	23,87	3.500.000,00	16,83	4.000.000,00	14,29	4.500.000,00
Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza	17.318.785,62	19.193.768,45	10,83	20.070.000,00	4,67	23.000.000,00	14,60	24.000.000,00	4,35	26.000.000,00
Taxas	19.193.765,45	19.193.765,45	-0,83	20.070.000,00	4,57	23.000.000,00	14,60	24.000.000,00	4,35	26.000.000,00
Taxas pelas Prestação de Serviços	994.245,00	1.018.948,22	2,48	1.286.300,00	27,22	1.417.646,95	9,35	1.480.054,84	4,41	1.543.282,99
Taxas pela Prestação de Serviços	818.659,28	852.820,67	4,17	1.162.000,00	36,25	1.228.974,46	5,75	1.280.540,49	4,20	1.332.402,32
Taxas pela Utilização de Serviços	\$18.669,28	852.820,57	4,17	1.162.000,00	38,25	1.228.974,46	5,78	1.280.640,49	4,20	1.332.402,32
Taxas - Especificas de Estados/ DF e Municipios	818.669,28	852.820,57	4,17	1.182.000,00	38,25	1.228.974,46	5,78	1.280.540,49	4,20	1.332.402,32
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	176.575,72	186.127,66	-5,38	134.300,00	-19,46	188.571,49	40,41	199.414,35	5,75	210.880,67
Taxa no Fiscalização da Vaidade Sanitária	176.575,72	186.127,66	-6,38	134.300,00	-19,16	188.571,49	40,41	199.414,35	5,75	210.880,67
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Outras Contribuições	602,67	591,00	135.200,00	21.710,52	680,80	-59,48	730,63	5,75	772,64	5,75
Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	114.742,10	165.518,98	44,25	1.300,00	39,21	187.880,58	14.352,35	198.683,72	5,75	210.109,02
Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito	5.476.165,76	5.785.219,82	5,64	6.200.000,00	7,17	6.566.303,02	5,82	6.944.394,19	5,75	7.343.696,86
Valores Mobiliários	5.476.165,76	5.785.219,82	5,64	6.200.000,00	7,17	6.566.303,02	5,82	6.944.394,18	5,75	7.343.696,86
Juros e Correções Monetárias	5.476.165,76	5.785.219,82	5,64	6.200.000,00	7,17	6.566.303,02	5,82	6.944.394,19	5,75	7.343.696,86
Reimunção de Depósitos Bancários	630.109,61	494.892,87	-47,63	630.200,00	48,82	492.419,88	-22,69	521.791,54	5,75	551.794,66
Dividendos	138.117,85	81.562,77	-39,33	200.000,00	139,34	94.852,10	-52,57	100.306,10	6,75	106.073,70
Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito	138.117,85	81.562,77	-39,33	200.000,00	139,34	94.852,10	-52,57	100.306,10	6,75	106.073,70
Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito	139.117,85	93.592,77	-39,33	200.000,00	139,34	94.852,10	-52,57	100.306,10	5,75	106.073,70
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	699.891,06	351.130,10	-49,18	438.200,00	24,80	398.567,78	-9,04	421.485,44	5,75	445.720,85
Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito	699.891,06	350.156,75	-49,24	437.700,00	25,00	397.462,93	-9,19	420.317,06	5,75	444.485,29
Dividendos	699.891,06	350.156,75	-49,24	437.700,00	25,00	397.462,93	-9,19	420.317,06	5,75	444.485,29
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.134,66	973,36	-14,22	500,00	-46,63	1.104,65	120,87	1.168,38	5,75	1.236,66

04 AGO 2021

R\$ 1.00



**MUNICÍPIO DE JOÃO MONTEVADE - MG**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO**

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		PREVISTA		PROJETADA		R\$ 1.00		
	2019	2020	%	2021	%	2023	%	2024	%
Dividendas	1.154.65	573.85	-14.22	540.00	-48.83	1.104.65	120.37	1.135.55	5.75
Receita de Serviços	23.110.638.65	22.282.067.52	-3.59	26.492.000.00	15.80	25.292.374.84	-4.98	26.284.620.86	5.75
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	22.764.232.99	22.023.888.29	-3.26	25.437.000.00	15.50	24.998.180.50	-1.73	27.955.621.49	5.75
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	22.764.232.99	22.023.888.29	-3.26	25.437.000.00	15.60	24.998.180.50	-1.73	27.955.621.49	5.75
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	22.764.232.99	22.023.888.29	-3.26	25.437.000.00	15.50	24.998.180.50	-1.73	27.955.621.49	5.75
Outros Serviços	346.485.66	265.179.23	-25.19	366.000.00	40.83	284.194.34	-19.40	311.110.52	5.75
Outros Serviços	346.485.66	265.179.23	-25.19	366.000.00	40.83	294.194.34	-18.40	311.110.52	5.75
Outros Serviços	346.485.66	265.179.23	-25.19	366.000.00	40.83	294.194.34	-17.40	311.110.52	5.75
Transferências Correntes	160.203.757.43	198.564.456.10	23.94	178.576.000.00	-10.07	198.281.402.26	11.03	206.675.712.88	4.23
Transferências da União e de suas Entidades	74.332.076.35	98.303.869.90	25.35	77.442.000.00	-20.09	86.051.100.10	14.74	91.997.988.36	3.43
Transferências da União - Específica EFM	71.332.076.35	96.903.859.90	35.85	77.435.000.00	-20.09	88.851.100.10	14.74	91.997.988.36	3.43
Participação na Receita da União	41.661.026.36	39.559.475.88	-4.33	43.620.000.00	9.51	63.826.734.43	23.31	56.546.771.66	5.05
Cota-Parte do Fundo de Faturação dos Municípios - Cota M	38.252.685.03	33.497.145.77	-1.62	40.300.000.00	8.83	50.000.000.00	25.00	52.500.000.00	5.00
Cota-Parte do Fundo de Faturação dos Municípios - Cota M	1.638.161.73	1.621.914.92	-2.74	1.700.000.00	1.54	1.853.763.34	9.83	1.910.926.56	5.75
Cota-Parte ou Fundo de Participação dos Municípios - 1% Con-	1.625.792.04	1.624.435.55	-1.21	1.800.000.00	9.36	1.987.733.90	5.76	2.086.695.49	5.75
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	94.385.59	83.593.67	-11.11	150.000.00	78.77	85.242.19	-38.57	130.716.50	5.75
Transferência da Congregação Financeira pela Exploração	1.901.661.41	1.628.280.69	-14.38	1.800.000.00	2.79	1.848.284.03	9.35	1.954.511.72	6.75
Colaboração da Comunicação Financeira de Recursos Materiais	1.312.267.83	1.311.222.00	-22.65	1.000.000.00	-3.96	1.119.381.00	18.16	1.249.843.63	5.75
Colaboração Financeira da Cota-Parte das Produções	0.00	987.558.09	0.00	0.00	0.00	663.346.54	5.00	704.291.86	5.75
Cota Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	589.483.95	0.00	0.00	690.000.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - 5	22.677.947.75	36.137.304.72	72.58	26.500.000.00	-32.29	27.845.988.98	4.32	27.711.882.20	0.24
Transferência de Recursos do SUS - Atendimento Primário	3.913.328.78	3.637.48.66	-46.06	5.200.000.00	-11.31	5.000.000.00	0.00	5.200.000.00	0.00
Transferência de Recursos do SUS - Enfermagem Especializada	17.378.591.18	79.168.810.43	10.46	20.000.000.00	4.24	21.000.000.00	5.00	21.000.000.00	0.00
Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em Saúde	916.341.20	1.003.575.35	10.17	1.000.000.00	-1.95	1.145.868.98	-14.30	1.211.662.20	5.75
Transferência de Recursos do SUS - Assistência Farmacêutica	443.685.58	471.466.98	6.21	500.000.00	9.05	500.000.00	0.00	500.000.00	0.00
Transferência de Recursos do SUS - Educação no SUS	26.000.00	0.03	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento Social e da Educação	2.448.921.83	2.389.878.03	-3.19	2.755.000.00	16.25	2.690.158.66	-2.36	2.844.842.78	5.75
Transferências Municipais do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alfabetização	1.501.784.32	1.702.469.89	-10.55	2.100.000.00	23.49	1.930.359.70	-8.08	2.061.334.23	5.75
Transferências Municipais do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alfabetização	534.197.94	647.615.20	21.23	640.000.00	-1.17	735.006.86	14.88	777.364.72	5.75
Outras Transferências Municipais do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alfabetização	12.046.87	10.606.56	-11.85	15.000.00	40.89	12.044.80	-19.43	12.791.78	5.75
Transferência da União e de suas Entidades	0.00	11.133.29	0.00	0.00	0.00	12.657.40	0.00	13.354.05	5.75
Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. N.	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. N.	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	22.611.36	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

04 AGO 2021



MUNICIPIO DE JOÃO MONTEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

**DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO**

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA			PROJETADA				
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
Obras - Transferências de Convênios da União	22.511.36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social para o Fundo Nacional de Assistência Social	620.624,26	1.098.233,78	76,96	440.000,00	-23,51	840.000,00	0,00	840.000,00	0,00	840.000,00	0,00
Outras Transferências de Recursos da União	620.624,26	1.098.233,78	75,96	840.000,00	-23,51	840.000,00	0,00	840.000,00	0,00	840.000,00	0,00
Obras Transferências da União	2.000.184,36	12.811.667,40	540,53	2.000.000,00	-64,39	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal da Subsidiariedade	2.000.184,36	12.811.667,40	540,53	2.000.000,00	-64,39	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal da Subsidiariedade	6.4.480.225,62	71.347.621,96	10,68	71.830.000,00	3,48	77.984.011,80	5,63	81.540.592,47	4,56	85.100.246,54	4,37
Transferências dos Estados - Específica EIM	64.480.225,62	71.347.621,96	10,68	71.830.000,00	3,48	77.984.011,80	5,63	81.540.592,47	4,56	85.100.246,54	4,37
Participação na Recadação dos Estados	60.554.969,96	65.633.394,38	8,39	69.500.000,00	6,01	73.598.006,28	5,92	77.238.141,54	4,80	80.780.584,79	4,59
Cota-Parte do ICMS	48.110.985,80	48.110.985,82	1,74	55.000.000,00	10,03	60.000.000,00	9,39	65.000.000,00	5,00	69.000.000,00	4,70
Cota-Parte do IPVA	10.768.536,51	15.032.320,03	38,58	14.000.000,00	-6,97	13.000.000,00	-7,14	13.500.000,00	3,65	14.000.000,00	3,70
Cota-Parte do IPI - Municípios	622.748,93	551.634,27	-7,98	500.100,00	-6,85	628.965,36	25,91	695.768,37	5,75	704.046,88	5,76
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	72.117,62	63.295,03	-16,29	80.000,00	32,68	98.440,92	-7,41	72.372,27	5,75	78.537,61	5,75
Transferência de Recursos do Estado para Programas de Incentivo à Recuperação do Setor Fármaco Programas de Saúde	2.351.131,64	5.462.262,54	62,98	4.000.000,00	-26,77	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Transferências dos Estados destinadas à Assistência Social	3.351.231,54	5.462.262,54	62,69	4.000.000,00	-28,77	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Transferências das Estaduais destinadas à Assistência Social	153.949,66	243.315,80	58,05	200.000,00	-17,96	278.190,43	36,10	292.071,30	5,75	308.865,33	5,75
Transferências das Estaduais destinadas à Assistência Social	153.949,66	243.315,80	58,05	200.000,00	-17,96	278.190,43	36,10	292.071,30	5,75	308.865,33	5,75
Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal	349.422,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios dos Estados Desvinculados a Programas	346.422,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências dos Estados	50.612,46	8.646,64	-82,92	50.000,00	478,27	9.814,69	-80,37	10.379,03	5,75	10.376,32	5,75
Outras Transferências aos Estados	50.612,46	8.646,64	-82,92	50.000,00	478,27	9.814,69	-80,37	10.379,03	5,75	10.376,32	5,75
Transferências de Instituições Privadas	212.231,64	2.874.356,28	1.254,35	311.000,00	-89,18	300.715,11	-3,31	300.756,23	0,01	300.759,71	0,01
Transferências de Instituições Fúrias	2.2*2.231,84	2.874.356,28	1.254,35	311.000,00	-89,18	300.715,11	-3,31	300.756,23	0,01	300.759,71	0,01
Transferências de Outras Instituições Públicas	24.198.163,82	27.438.617,96	13,39	27.000.000,00	-1,90	31.146.676,25	15,35	32.836.446,83	5,75	35.830.291,47	8,79
Transferências de Outras Instituições Fúrias	0,00	2.874.356,28	1.254,35	311.000,00	-89,18	300.715,11	-3,31	300.756,23	0,01	300.759,71	0,01
Transferências de Outras Instituições Públicas	24.198.163,82	27.438.617,96	13,39	27.000.000,00	-1,90	31.146.676,25	15,35	32.836.446,83	5,75	35.830.291,47	8,79
Transferências de Outras Instituições Fúrias	0,00	2.874.356,28	1.254,35	311.000,00	-89,18	300.715,11	-3,31	300.756,23	0,01	300.759,71	0,01
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	24.198.163,82	27.191.944,12	12,37	27.000.000,00	-0,71	30.865.672,37	14,32	32.640.342,78	5,75	35.617.162,49	8,81
Multas Previstas em Legislação Específica	24.198.163,82	27.191.944,12	12,37	27.000.000,00	-0,71	30.865.672,37	14,32	32.640.342,78	5,75	35.617.162,49	8,81
Multas Privilegiadas em Legislação Específica	24.198.163,82	27.191.944,12	12,37	27.000.000,00	0,71	30.865.672,37	14,32	32.640.342,78	5,75	35.617.162,49	8,81
Outras Receitas Correntes	1.317.963,96	1.687.923,29	26,83	1.651.000,00	-2,66	1.440.602,06	-12,86	1.488.649,17	3,34	1.535.452,99	3,41
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	930.659,46	971.878,86	4,41	605.000,00	-37,75	616.469,04	1,90	617.128,61	0,11	617.826,90	0,11
Multas Administrativas por Danos Ambientais	0,00	417.305,03	-51,22	600.000,00	43,78	600.000,00	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00	0,00
Multas Administrativas por Danos Ambientais	655.540,96	417.305,03	-51,22	600.000,00	43,78	600.000,00	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00	0,00
Multas Decretadas de Sentenças Judiciais	53.312,53	544.469,86	758,97	5.000,00	-89,08	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00
Multas Decretadas de Sentenças Judiciais	53.312,53	544.469,86	758,97	5.000,00	-89,08	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00



**MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO**

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		PREVISTA		PROJETADA				
	2019	2020	%	2021	%	2023	%	2024	%
Multas e Juros Previstos em Contratos	12.006,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juras Firmados em Contratos	12.006,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Resarcimentos	150.723,53	411.271,03	172,05	684.000,00	66,31	468.833,74	-31,75	493.676,88	5,75
Ressarcimentos	150.723,53	411.271,03	172,05	684.000,00	66,31	465.833,74	-31,75	493.676,88	5,75
Restituição de Convênios	14.280,29	188.221,55	1.218,05	280.000,00	6,26	213.650,28	6,33	228.935,17	5,75
Ressarcimento de Convênios - Padrões	6.355,98	86.864,20	1.349,33	102.000,00	11,24	102.003,68	2,04	107.905,90	5,75
Ressarcimento de Convênios - Financeiras	8.244,11	38.327,55	1.092,66	101.000,00	1,70	111.611,50	11,61	118.029,27	5,75
Duradas Restituições	136.443,24	223.049,46	63,47	484.000,00	116,89	253.183,46	-47,89	267.741,51	5,75
Outras Restituições	136.443,24	223.049,46	63,47	484.000,00	116,98	253.183,46	-47,89	267.741,51	5,75
Demais Receitas Correntes	235.370,97	314.773,38	33,17	364.000,00	15,64	367.299,27	-1,84	377.843,98	5,75
Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas	53.739,30	105.177,90	103,16	150.000,00	37,38	123.927,94	-17,38	131.052,80	5,75
Obras de Sustentabilidade	53.739,30	105.177,90	103,16	150.000,00	37,38	123.927,94	-17,36	131.052,80	5,75
Outras Receitas	182.631,67	205.656,39	12,57	214.000,00	4,05	233.371,33	9,05	246.780,18	5,75
Outras Receitas - Provisões	182.631,67	205.656,39	12,57	214.000,00	4,03	233.371,33	9,05	246.780,18	5,75
Receitas de Capital	2.519.256,63	4.729.296,31	87,73	14.650.000,00	206,77	7.889.556,06	-46,15	6.920.580,56	-12,28
Operações de Crédito	1.139.629,74	2.379.034,23	108,78	6.000.000,00	152,20	3.000.000,00	-50,00	3.000.000,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	1.139.629,74	2.378.034,23	108,76	6.000.000,00	152,20	3.000.000,00	-50,00	3.000.000,00	0,00
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	0,00	2.379.034,23	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	0,00	2.379.034,23	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	1.139.629,74	0,00	0,00	6.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	1.139.629,74	0,00	0,00	6.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Imóveis	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	500.000,00	-16,67	600.000,00	0,00
Alienação de Bens, Móveis	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Móveis e Serviços	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Móveis e Serviços	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Imóveis	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00
Alienação de Bens, Imóveis	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.379.626,88	2.350.262,08	70,35	6.090.000,00	242,61	4.389.556,08	-46,47	3.420.580,56	-22,07
Transferências da União e de suas Entidades	1.379.626,88	1.943.262,08	40,85	8.050.000,00	314,25	4.089.556,08	-49,20	3.120.580,56	-23,69
Transferências da União	1.379.626,88	1.943.262,08	40,85	8.050.000,00	314,25	4.089.556,08	-49,20	3.120.580,56	-23,69
Transferências do Sistema Único de Saúde - Outras Transferências de Recursos no Sistema Único de Saúde	0,00	275.245,09	0,00	0,00	0,00	312.430,00	0,00	330.395,36	5,75
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	0,00	275.245,09	0,00	0,00	0,00	312.430,00	0,00	330.395,36	5,75
Programa Nacional de Restituição e Aquisição de Equipamentos	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	1.193.726,75	1.291.416,22	8,18	7.450.000,00	476,89	2.777.125,48	-42,72	1.790.185,20	-35,54
									-55,09

04 AGO 2021

R\$ 1,00



**MUNICÍPIO DE JOÃO MONTEVADE - MG**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO**

Lei Orgânica do Município de João Montevade

Lei de Diretrizes Orçamentárias

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		PREVISTA		PROJETADA							
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	
Tributárias da União destinadas à Programas e Programas	272.847,81	200.092,92	-37,65	0,00	227.125,48	3,00	240.185,20	5,75	253.945,85	5,75		
Transferências da União destinadas a Programas e Programas	655.163,65	571.715,15	-12,47	7.000.000,00	1.124,39	2.000.000,30	71,43	1.050.000,00	-52,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios da União destinadas a Programas e Programas	117.714,28	473.657,14	300,30	300.000,00	-36,29	500.000,30	60,67	520.000,00	50,00	520.000,00	0,00	
Outras Transferências da União destinadas a Convênios da União	150.000,00	49.750,00	-67,50	150.000,00	207,68	50.000,00	-56,67	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	
Outras Transferências da União	165.900,14	376.601,85	102,58	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	
Outras Transações da União	185.900,14	376.301,85	102,59	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	
Transferências das Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades Federais, Distrito Federal, e de suas Entidades Federais	0,00	407.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – Transférição de Recursos do Sistema Único de Saúde	0,00	407.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	
Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades Federais, Distrito Federal, e de suas Entidades Federais	0,00	82.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Transações da União das Entidades Federais	0,00	92.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades Federais, Distrito Federal, e de suas Entidades Federais	0,00	325.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	
Outras Transações da União das Entidades Federais	0,00	325.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	
<b>CORRÊNTES INTREPACMENTÁRIA</b>												
Receitas Correntes	501.671,49	584.658,25	12,60	553.000,00	-2,10	644.171,88	15,94	676.039,05	6,76	717.026,30	5,75	
Receita de Serviços	501.671,49	564.859,20	12,60	553.000,00	-2,10	644.171,88	15,94	676.039,05	6,76	717.026,30	5,75	
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	801.671,49	564.659,20	12,60	553.000,00	-2,10	644.171,88	15,94	676.039,05	6,76	717.026,30	5,75	
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	501.671,49	564.659,20	12,60	553.000,00	-2,10	644.171,88	15,94	676.039,05	6,76	717.026,30	5,75	
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	501.671,49	564.659,20	12,60	553.000,00	-2,10	644.171,88	15,94	676.039,05	6,76	717.026,30	5,75	
<b>DEDUÇÃO FUNDEF</b>												
Receitas Correntes	(19.765.983,41)	(20.428.827,64)	3,35	(22.230.000,00)	8,62	(24.744.961,09)	11,31	(25.653.296,34)	4,48	(27.162.110,88)	6,06	
Transferências Correntes	(19.765.983,41)	(20.428.827,64)	3,35	(22.230.000,00)	8,62	(24.744.961,09)	11,31	(25.653.296,34)	4,48	(27.162.110,88)	6,06	
Transferências da União e de suas Entidades Federais - Específica EM	(7.569.444,50)	(7.314.269,35)	-4,63	(8.330.000,00)	13,89	(10.019.048,00)	20,29	(10.420.143,25)	4,00	(11.021.301,50)	5,77	
Participação na Receita da União	(7.569.444,50)	(7.314.269,35)	-4,63	(8.330.000,00)	13,89	(10.019.048,00)	20,29	(10.420.143,25)	4,00	(11.021.301,50)	5,77	
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota M	(7.885.414,50)	(7.314.269,35)	-4,63	(8.330.000,00)	13,89	(10.019.048,00)	20,29	(10.420.143,25)	4,00	(11.021.301,50)	5,77	
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	(7.850.538,62)	(7.257.428,45)	-4,62	(8.330.000,00)	13,74	(10.030.000,00)	23,43	(10.460.000,00)	4,30	(11.030.000,00)	5,77	
Transferência Financeira do ICMS - Desoneracão - L.C. N	(11.097.748,00)	(6.790,80)	-11,11	(30.000,00)	78,77	(10.048,00)	-35,51	(20.143,26)	5,75	(21.331,50)	5,75	
Transferência Financeira do ICMS - Desoneracão - L.C. N	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências das Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades Federais - Especifica EM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(16.140.869,38)	4,59	
Participação na Receita das Estados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(16.140.869,38)	4,59	
Cota-Parte do ICMS	(12.098.556,91)	(13.114.618,29)	8,42	(13.800.000,00)	5,99	(14.726.913,08)	5,94	(15.633.163,08)	4,80	(16.140.869,38)	4,59	
Participação na Receita dos Estados	(12.098.556,91)	(13.114.618,29)	8,42	(13.800.000,00)	5,99	(14.726.913,08)	5,94	(15.633.163,08)	4,80	(16.140.869,38)	4,59	
Cota-Parte do ICMS	(19.822.113,08)	(19.957.228,70)	1,73	(11.000.000,00)	10,03	(12.300.000,00)	9,30	(12.600.000,00)	5,00	(13.200.000,00)	4,76	
Cota-Parte dos Municípios	(2.153.600,00)	(2.306.462,73)	-6,87	(2.800.000,00)	-7,14	(2.700.000,00)	3,85	(2.800.000,00)	3,70	(2.800.000,00)	3,70	
Cota-Parte do IPF - Municípios	(110.549,77)	(110.826,86)	7,46	(110.000,00)	113.153,08	25,91	(113.153,08)	5,75	(114.309,77)	5,75	(114.309,77)	5,75

04 AGO 2021

Lei Orgânica do Município de João Montevade

Lei de Diretrizes Orçamentárias

R\$ 1,00

**MUNICÍPIO DE JOÃO MONTEVADE - MG**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

**DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO**



Lei Orgânica do Município de João Monteade (L.O.M.J.M.)

Art. 4º § 2º

Inciso III

Lei Orçamentária

Art. 1º

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Art. 2º

Lei de Metas Fiscais

Art. 3º

Lei de Responsabilidade Fiscal

Art. 4º

Lei de Contabilidade Pública

Art. 5º

Lei de Administração Pública

Art. 6º

Lei de Desenvolvimento Sustentável

Art. 7º

Lei de Gestão da Informação

Art. 8º

Lei de Transparência e Acesso à Informação

Art. 9º

Lei de Inovação e Desenvolvimento

Art. 10º

Lei de Gestão da Crise

Art. 11º

Lei de Gestão da Crise

Art. 12º

Lei de Gestão da Crise

Art. 13º

Lei de Gestão da Crise

Art. 14º

Lei de Gestão da Crise

Art. 15º

Lei de Gestão da Crise

Art. 16º

Lei de Gestão da Crise

Art. 17º

Lei de Gestão da Crise

Art. 18º

Lei de Gestão da Crise

Art. 19º

Lei de Gestão da Crise

Art. 20º

Lei de Gestão da Crise

Art. 21º

Lei de Gestão da Crise

Art. 22º

Lei de Gestão da Crise

Art. 23º

Lei de Gestão da Crise

Art. 24º

Lei de Gestão da Crise

Art. 25º

Lei de Gestão da Crise

Art. 26º

Lei de Gestão da Crise

Art. 27º

Lei de Gestão da Crise

Art. 28º

Lei de Gestão da Crise

Art. 29º

Lei de Gestão da Crise

Art. 30º

Lei de Gestão da Crise

Art. 31º

Lei de Gestão da Crise

Art. 32º

Lei de Gestão da Crise

Art. 33º

Lei de Gestão da Crise

Art. 34º

Lei de Gestão da Crise

Art. 35º

Lei de Gestão da Crise

Art. 36º

Lei de Gestão da Crise

Art. 37º

Lei de Gestão da Crise

Art. 38º

Lei de Gestão da Crise

Art. 39º

Lei de Gestão da Crise

Art. 40º

Lei de Gestão da Crise

Art. 41º

Lei de Gestão da Crise

Art. 42º

Lei de Gestão da Crise

Art. 43º

Lei de Gestão da Crise

Art. 44º

Lei de Gestão da Crise

Art. 45º

Lei de Gestão da Crise

Art. 46º

Lei de Gestão da Crise

Art. 47º

Lei de Gestão da Crise

Art. 48º

Lei de Gestão da Crise

Art. 49º

Lei de Gestão da Crise

Art. 50º

Lei de Gestão da Crise

Art. 51º

Lei de Gestão da Crise

Art. 52º

Lei de Gestão da Crise

Art. 53º

Lei de Gestão da Crise

Art. 54º

Lei de Gestão da Crise

Art. 55º

Lei de Gestão da Crise

Art. 56º

Lei de Gestão da Crise

Art. 57º

Lei de Gestão da Crise

Art. 58º

Lei de Gestão da Crise

Art. 59º

Lei de Gestão da Crise

Art. 60º

Lei de Gestão da Crise

Art. 61º

Lei de Gestão da Crise

Art. 62º

Lei de Gestão da Crise

Art. 63º

Lei de Gestão da Crise

Art. 64º

Lei de Gestão da Crise

Art. 65º

Lei de Gestão da Crise

Art. 66º

Lei de Gestão da Crise

Art. 67º

Lei de Gestão da Crise

Art. 68º

Lei de Gestão da Crise

Art. 69º

Lei de Gestão da Crise

Art. 70º

Lei de Gestão da Crise

Art. 71º

Lei de Gestão da Crise

Art. 72º

Lei de Gestão da Crise

Art. 73º

Lei de Gestão da Crise

Art. 74º

Lei de Gestão da Crise

Art. 75º

Lei de Gestão da Crise

Art. 76º

Lei de Gestão da Crise

Art. 77º

Lei de Gestão da Crise

Art. 78º

Lei de Gestão da Crise

Art. 79º

Lei de Gestão da Crise

Art. 80º

Lei de Gestão da Crise

Art. 81º

Lei de Gestão da Crise

Art. 82º

Lei de Gestão da Crise

Art. 83º

Lei de Gestão da Crise

Art. 84º

Lei de Gestão da Crise

Art. 85º

Lei de Gestão da Crise

Art. 86º

Lei de Gestão da Crise

Art. 87º

Lei de Gestão da Crise

Art. 88º

Lei de Gestão da Crise

Art. 89º

Lei de Gestão da Crise

Art. 90º

Lei de Gestão da Crise

Art. 91º

Lei de Gestão da Crise

Art. 92º

Lei de Gestão da Crise

Art. 93º

Lei de Gestão da Crise

Art. 94º

Lei de Gestão da Crise

Art. 95º

Lei de Gestão da Crise

Art. 96º

Lei de Gestão da Crise

Art. 97º

Lei de Gestão da Crise

Art. 98º

Lei de Gestão da Crise

Art. 99º

Lei de Gestão da Crise

Art. 100º

Lei de Gestão da Crise

Art. 101º

Lei de Gestão da Crise

Art. 102º

Lei de Gestão da Crise

Art. 103º

Lei de Gestão da Crise

Art. 104º

Lei de Gestão da Crise

Art. 105º

Lei de Gestão da Crise

Art. 106º

Lei de Gestão da Crise

Art. 107º

Lei de Gestão da Crise

Art. 108º

Lei de Gestão da Crise

Art. 109º

Lei de Gestão da Crise

Art. 110º

Lei de Gestão da Crise

Art. 111º

Lei de Gestão da Crise

Art. 112º

Lei de Gestão da Crise

Art. 113º

Lei de Gestão da Crise

Art. 114º

Lei de Gestão da Crise

Art. 115º

Lei de Gestão da Crise

Art. 116º

Lei de Gestão da Crise

Art. 117º

Lei de Gestão da Crise

Art. 118º

Lei de Gestão da Crise

Art. 119º

Lei de Gestão da Crise

Art. 120º

Lei de Gestão da Crise

Art. 121º

Lei de Gestão da Crise

Art. 122º

Lei de Gestão da Crise

Art. 123º

Lei de Gestão da Crise

Art. 124º

Lei de Gestão da Crise

Art. 125º

Lei de Gestão da Crise

Art. 126º

Lei de Gestão da Crise

Art. 127º

Lei de Gestão da Crise

Art. 128º

Lei de Gestão da Crise

Art. 129º



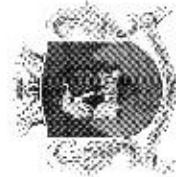
**MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO**

IRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA		PREVISTA		PROJETADA			R\$ 1.000
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	
<b>Despesas</b>								
DESPESAS CORRENTES	196.365.066,83	219.974.582,97	12,02	219.690.940,00	-0,13	237.212.236,29	7,98	250.649.006,48
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	115.369.677,22	116.781.851,92	12,11	116.137.870,26	-0,54	<28.003.545,04	6,38	134.926.229,80
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS COM FEDERADO DE LA PARTICIPAÇÃO EM CONSORCIO PÚBLICO	484.327,56	463.347,86	1,80	561.010,00	13,76	349.668,74	-0,24	591.839,12
APLICAÇÕES DIFERIDAS	484.327,56	413.047,96	1,80	561.010,00	13,76	559.659,74	-0,24	561.829,12
APOSENTADORES NO RPPS, RESERVA REUMINHADA	104.905.549,66	118.230.913,86	12,76	117.576.870,04	-0,62	127.433.366,30	6,43	134.334.300,48
CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	1.288.482,96	1.324.076,92	2,92	1.411.500,00	0,60	1.532.950,72	6,43	1.589.379,81
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	9.531.316,05	12.331.226,49	27,30	11.785.530,00	-11,28	12.548.140,81	15,56	13.584.332,54
OBRAÇÕES PATERNAIS	67.818.226,08	75.701.135,64	12,89	76.301.754,00	-1,47	80.808.327,72	5,90	84.613.705,62
CUTAS DE PESSAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	22.593.428,76	24.151.303,26	5,93	24.243.300,00	-0,38	26.414.235,14	8,45	27.930.463,67
SUAVENÇAS JUDICIAIS	1.210.112,41	1.469.370,27	23,90	1.456.400,00	-2,93	1.701.935,19	16,94	1.736.298,58
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.355.341,50	3.346.476,32	43,30	3.140.100,00	-6,17	3.749.545,28	20,87	4.017.003,93
DESPESAS E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,10	0,00
APLICAÇÃO DIRETA A CONTA DE RECURSOS DE CIEI	130.514,89	623.245,24	3,85,04	251.700,00	-80,75	718.736,44	165,58	781.127,23
O.I HAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	775.343,98	818.176,98	-20,27	2.000.000,00	223,53	800.000,00	-60,00	800.000,00
APLICAÇÕES LIGERAS	775.343,98	513.176,98	-20,27	2.000.000,00	223,53	820.000,00	-60,00	800.000,00
JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	775.343,98	618.178,86	-20,27	2.000.000,00	223,53	840.000,00	-60,00	800.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	90.212.845,53	100.571.451,77	11,43	98.553.370,00	-1,01	108.358.654,25	6,85	114.322.775,88
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERADO	69.175,28	18.445,29	-81,40	170.000,00	821,64	20.307,36	-87,68	22.141,76
CONTRIBUIÇÕES	89.175,26	86.445,39	-41,40	170.000,00	821,64	25.337,36	-87,68	22.141,26
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	0,00	70.024,86	0,00	82.300,00	17,08	74.466,71	-3,08	84.087,77
CONTRIBUIÇÕES	0,30	70.034,96	0,00	82.000,00	17,08	79.495,71	-3,05	94.061,77
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FIN.	9.308.476,72	10.469,50	46,44	9.933.000,00	-28,10	12.880.540,08	29,88	13.732.588,25
CONTRIBUIÇÕES	1.303.098,28	548.743,54	-27,16	1.210.000,00	27,54	1.276.610,78	5,13	1.338.841,62
SUBVENÇÕES SOCIAIS	8.003.381,43	12.365.424,73	60,76	6.723.000,00	-32,20	1.160.023,28	33,32	12.443.754,63
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FIN.	0,00	70.459,50	0,00	0,00	0,00	79.978,58	0,30	94.577,35
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00	227.965,14	58,77	0,00	0,00	79.674,58	0,00	84.577,35
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIAN	181.366,20	280.500,00	-8,63	280.500,00	-8,53	326.859,01	25,47	346.653,40
RATEIO PELA PARCIPACAO EM CONSORCIO PÚBLICO	181.366,20	297.956,14	58,77	280.500,00	-8,53	326.859,01	25,47	346.653,40
APLICAÇÕES DIFERIDAS	76.865.504,70	82.632.198,06	7,76	83.637.570,00	3,39	91.027.755,16	6,23	96.429.105,09
DARHOS - PESSOAL CIVIL	169.326,00	152.227,00	-10,37	22.510,00	45,47	172.847,25	21,97	182.796,07
MATERIAL DE CONSUMO	9.752.100,10	9.752.100,10	0,00	9.612.530,00	-1,75	10.105.932,32	5,13	11.744.523,14
PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS I	21.062,40	363.039,50	1.718,76	45.000,00	-67,69	434.787,00	845,19	459.737,25
								496.225,32
								5,73

04 AGO 2021



**MUNICÍPIO DE JOÃO MONTEVADE - MG**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

**DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO**

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA			PROJETADA					
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024		
<b>Despesas</b>												
MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1.738.217,83	2.642.230,87	49,15	2.183.000,00	-17,62	2.310,141,95	-3,06	2.180.052,62	8,51	2.362.805,65	8,36	
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	12.311,03	698,43	-94,84	12.440,00	1.712,35	79,13	-93,74	873,33	5,79	873,31	5,76	
CLÍNICAS E DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA	777.008,48	104.714,43	-9,31	1.000.000,00	41,86	799.988,76	-20,00	945.964,87	5,53	934.802,85	5,76	
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	90.146,77	92.841,60	2,98	300.500,00	224,10	105.384,50	-64,68	111.444,11	5,75	117.852,15	5,75	
LOALIAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	992.840,67	1.053.037,93	8,55	1.476.420,00	38,54	1.203.949,86	-18,46	1.270.035,15	5,75	1.343.062,17	5,75	
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00	530,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES SOCIAIS	52.280.598,25	55.627.014,68	6,98	56.858.240,00	1,65	52.494.105,37	9,61	66.450,18,42	5,94	69.557.769,26	5,18	
OUTROS AVALIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	521.852,09	619.769,66	56,87	1.115.000,00	36,18	329.385,47	-16,85	362.625,14	5,75	1.059.317,59	5,75	
AUXÍLIO-TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SEGUIMENTO, TRABALHISTAS E COMUNITÁRIAS	6.744.829,86	7,21	7.386.000,00	8,81	7.866.055,24	3,53	8.386.278,42	5,76	8.561.912,43	5,76	8.561.912,43	5,76
OUTROS AVALIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	2.050.281,48	2.406.316,50	7,46	2.246.200,00	-5,73	2.753.680,05	21,70	2.960.894,63	5,75	3.057.081,48	5,75	
APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO DE CAPITAL	218.667,94	252.422,47	1,11	310.200,00	39,37	252.417,75	-18,56	256.689,88	5,75	262.340,74	5,75	
SALARIO, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	6.291.421,09	6.744.829,86	8,44	7.088.200,00	-44,36	342.512,84	-4,49	307.194,83	5,75	1.054.533,54	5,75	
SALARIO, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	603.030,30	12,46	641.100,00	-6,14	775.347,75	20,84	379.623,90	5,75	467.109,52	5,75	467.109,52	5,75
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.817,77	9,00	0,00	12.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	352.261,4	362.059,56	2,84	136.500,00	-61,75	470.564,08	106,72	434.564,52	5,75	459.563,70	5,75	
APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO DE CAPITAL	598.611,84	478.599,18	-30,37	533.000,00	27,33	475.151,94	-20,98	562.473,17	5,75	531.385,37	5,75	
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	588.611,84	218.568,18	-30,37	532.900,00	27,31	475.151,93	-2,84	532.473,17	5,75	531.385,37	5,75	
APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO DE CAPITAL	2.151.707,98	3.016.156,33	-2,34	2.837.000,00	-3,99	3.472.483,42	18,23	3.672.151,79	5,75	3.853.311,08	5,75	
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.151.707,98	3.016.156,33	-2,34	2.937.000,00	-3,99	3.472.483,42	18,23	3.672.151,79	5,75	3.853.311,08	5,75	
DESPESAS DE CAPITAL	12.780.437,27	23.961.811,03	87,26	24.709.060,00	\$,16	23.167.700,71	4,16	21.750.983,62	-6,20	24.404.176,64	12,20	
INVESTIMENTOS	9.871.595,93	21.782.656,82	120,71	21.508.060,30	0,55	21.147.700,71	-3,79	19.730.150,31	-6,80	22.371.592,67	13,45	
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MÉDIANOS	24.527,55	26.689,33	5,42	46.500,00	57,77	29.127,79	-26,35	30.473,21	5,75	25.564,97	5,75	
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	24.327,55	25.006,40	5,52	40.500,00	57,77	29.127,79	-26,35	30.813,21	5,75	32.504,97	5,75	
APLICAÇÕES DIRETAS	9.847.595,93	21.782.656,82	120,71	21.508.060,30	0,49	21.148.582,82	-3,25	19.730.150,31	-6,80	22.371.592,67	13,45	
MAIORIA DE CONSUMO	100.508,21	228.195,70	127,00	580.700,00	154,52	238.979,54	-55,40	273.870,87	5,75	288.618,44	5,75	
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.270.403,67	69.737,10	-94,51	80.800,00	15,83	79.181,28	-2,03	84.234,20	6,38	88.549,91	5,12	
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES	0,00	9.198,16	0,00	5.000,00	-45,40	10.356,43	137,91	10.983,17	5,75	1.625,28	5,75	
OBRA E INSTALAÇÕES	3.960.118,06	20.163.000,63	404,69	19.171.400,00	-4,03	18.908,724,02	-2,38	17.227.035,16	-6,80	19.850.087,57	13,86	
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.054.501,58	796.549,56	-28,22	1.829.560,00	141,70	1.314.900,05	-28,13	1.505.091,47	14,46	1.707.462,91	13,43	
Amortização de Impostos	0,00	3,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INCENSAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.423.029,15	515.859,66	-94,62	1.000,00	-95,81	585.312,60	5,84,31,26	518.987,50	5,75	554.547,56	5,75	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.918.552,79	2.163.481,41	-25,87	2.500.000,00	28,42	2.300.000,00	-28,52	2.100.000,00	0,10	2.100.000,00	0,00	

04 AGO 2021



**MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO**

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA		PREVISTA		PROJETADA						
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
<b>Despesas</b>											
APLICAÇÕES DIRETAS	2.916.552,79	2.163.461,41	-25,87	2.600.000,00	28,42	2.000.000,00	28,57	2.000.000,00	28,50	2.000.000,00	0,00
PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	2.916.552,79	2.163.461,41	-25,87	2.600.000,00	28,42	2.000.000,00	-29,57	2.000.000,00	28,30	2.000.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00	0,00
HESPERIA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00	0,00

04 AGO 2021



**MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

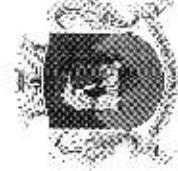
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO**

Lei Orgânica do Município  
Art. 4º § 2º, Inciso III

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA		PREVISTA		PROJETADA						
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
<b>Receitas</b>											
ARRECADADORA	227.109.855,68	269.745.440,08	105,73	266.677.000,00	204,87	285.103.759,40	-36,16	298.175.257,29	-7,22	313.446.084,68	-3,41
Receitas Correntes	224.580.601,86	265.017.143,77	100,00	262.027.000,00	4,90	277.214.233,32	9,89	291.264.677,73	6,06	317.481.685,64	6,67
Impostos: Taxas e Contribuições de Melhorias	35.851.517,19	36.252.784,77	7,73	39.157.800,00	8,01	45.139.531,27	-5,28	48.877.372,54	8,23	53.564.283,66	9,59
Impostos	32.857.672,15	35.232.325,95	7,88	37.161.501,00	7,46	43.722.581,32	5,48	47.297.317,70	8,41	52.027.100,57	9,76
Impostos sobre o Patrimônio	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto sobre o Patrimônio Rural	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto sobre a Renda e Proventos de Quaisquer Natureza	4.206.680,26	4.902.712,06	16,43	4.165.000,00	4,89	5.565.126,12	21,94	5.885.120,88	5,75	6.223.515,34	5,75
Imposto sobre a Renda - Pátria na Fonte	4.206.680,26	4.902.712,06	16,43	4.865.000,00	6,89	5.565.126,12	21,94	5.885.120,88	5,75	6.223.515,34	5,75
Imposta sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	+148.464,06	4.842.672,28	15,74	4.800.000,00	-7,08	5.437.025,14	22,16	5.813.134,08	5,75	6.141.352,58	5,75
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	R\$ 236,29	36.311,458	-5,43	65.000,00	8,54	58.106,98	-4,77	72.016,78	5,75	76.162,76	5,75
Impostos Especiais de Estado e Distrito Municipais	26.448.561,90	52.331.073,19	1,62	23.296.100,00	9,78	38.195.538,20	14,61	41.512.198,82	8,79	45.791.466,63	10,32
Impostos sobre o Patrimônio para Efetivo SDF/Municípios	11.130.861,18	11.137.286,54	0,03	13.228.000,00	18,75	15.156.659,20	14,63	17.512.198,82	15,54	19.787.465,63	13,05
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial - Município	9.113.875,69	9.113.731,00	-4,94	10.225.000,00	17,38	11.656.559,20	14,03	13.512.198,82	15,92	15.201.461,63	13,21
Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis	1.986.560,46	2.426.505,24	23,39	3.301.000,00	23,67	4.510.000,00	16,13	4.100.000,00	14,29	4.510.000,00	12,50
Impostos sobre o Produtos, Circulação de Mercadorias e Serviços	17.316.785,62	19.194.736,45	10,63	20.370.000,00	4,57	23.030.000,00	14,60	24.100.000,00	4,35	26.000.000,00	6,33
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	+7.316.785,62	19.193.785,45	10,63	20.070.000,00	4,57	23.000.000,00	14,60	24.000.000,00	4,35	26.000.000,00	6,33
Taxes	984.245,00	1.018.946,22	2,44	1.296.260,00	27,27	1.417.546,96	9,35	1.461.014,84	4,41	1.543.782,59	4,27
Taxas pela Possessão de Serviços	816.389,26	632.820,57	4,17	1.182.200,00	26,25	1.228.574,46	5,76	1.280.640,49	4,20	1.312.402,32	4,04
Taxas pela Prestação de Serviços	816.669,26	832.820,57	4,17	1.182.200,00	35,25	1.228.574,46	5,76	1.280.640,49	4,20	1.332.402,32	4,04
Tribos - Especialistas de Estados, Distritos e Municípios	175.575,72	'061.127,85	-5,38	1.34.200,00	-19,16	198.571,48	40,44	191.414,36	1,75	211.861,67	5,75
Tribos de Inspeção, Controle e Fiscalização	175.575,72	'66.127,35	-5,38	134.200,00	-19,16	198.571,48	40,44	199.414,35	5,75	210.860,67	5,75
Tribos de Vigilância Sanitária	60.333,62	60.876,67	-99,00	133.000,00	21.750,82	690,90	-69,48	730,63	5,75	772,64	5,75
Tribos de Inspeção, Controle e Fiscalização - Outras	114.342,10	'655.519,38	44,23	1.360,00	-99,21	187.882,58	14,26	194.643.72	5,75	210.108,03	5,75
Contribuições	5.476.165,75	5.765.216,92	5,84	6.200.200,00	7,17	6.526.803,02	5,62	6.644.394,19	5,75	7.343.956,66	5,75
Contribuição para a Gestão do Serviço de Iluminação Pública	5.476.165,75	5.765.216,92	5,64	6.200.200,00	7,17	6.506.803,02	5,82	6.644.394,19	5,75	7.343.956,66	5,75
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	5.476.165,75	5.765.216,92	5,64	6.200.200,00	7,17	6.505.803,02	5,82	6.544.394,19	5,75	7.343.956,66	5,75
Emanalização no Patrimônio Imobiliário do Estado	630.106,01	424.092,47	-47,63	636.200,00	46,82	423.419,88	-22,09	52.179,54	5,75	55.179,55	5,75
Concessões, Permissão Autorização ou Cessão do Direito	138.117,98	83.562,77	-39,93	200.000,00	139,34	94.652,10	-52,57	100.308,10	5,75	108.073,70	5,75
Valores Mobiliários	138.117,98	83.562,77	-39,93	200.000,00	139,34	94.652,10	-52,57	100.308,10	5,75	108.073,70	5,75
Outros e Outros Móveis	690.991,06	351.132,10	-49,18	436.200,00	24,80	396.567,79	-9,04	421.495,44	5,75	445.720,65	5,75
Outros e Outros Móveis	680.655,41	350.198,75	-49,24	437.700,00	25,00	397.462,93	-9,19	420.317,08	5,75	440.463,29	5,75

04 AGO 2021



**MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

**DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO**

Lei F. art. 4º § 2º, Inciso III

R\$ 1.00

ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	%	REALIZADA		PREVISTA		PROJETADA	
				2021	%	2022	%	2023	%
<b>Receitas</b>									
Reinvestação de Depósitos Bancários	689.856,41	353.155,75	49,24	427.701,01	25,00	387.462,03	-8,13	420.317,05	5,75
Indústria	1.124,65	973,35	-14,22	500,00	-48,83	1.104,85	122,97	1.168,36	5,75
Indústria	1.124,65	973,35	-14,22	500,00	-48,83	1.104,85	122,97	1.168,36	5,75
Receitas de Serviços	23.110,698,65	22.382,667,52	-3,59	25.802.000,00	15,80	25.292.374,84	-2,98	26.748.638,40	5,75
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	22.764.222,98	22.252.888,23	-3,26	25.437.000,00	15,50	24.998.180,50	-1,73	26.453.675,98	5,75
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	22.764.222,98	22.252.888,23	-3,26	25.437.000,00	15,50	24.998.180,50	-1,73	26.453.675,98	5,75
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	22.764.222,98	22.252.888,23	-3,26	25.437.000,00	15,50	24.998.180,50	-1,73	26.453.675,98	5,75
Juiz de Direito	346.465,68	259.774,24	-25,19	385.000,00	40,83	394.164,34	-16,43	311.110,52	5,75
Outros Serviços	346.465,68	259.774,24	-25,19	365.000,00	40,93	294.164,34	-16,42	311.110,52	5,75
Cursos, Seminários	248.405,06	259.774,24	2,60	395.000,00	40,83	294.164,34	-16,42	328.998,37	5,75
Transferências Correntes	160.203.757,45	186.584.450,10	23,94	178.575.000,00	-10,37	198.581.402,26	11,03	209.675.782,95	4,23
Transferências da União e de suas Entidades	71.352.075,35	36.913.459,90	25,05	77.426.100,00	-20,39	88.851.150,10	14,71	91.307.886,36	3,43
(Transferências da União - Especifica EM)	71.352.075,35	36.913.459,90	25,05	77.426.100,00	-20,39	88.851.150,10	14,71	91.307.886,36	3,43
Participação da União e de suas Entidades	41.861.028,38	39.812.418,68	-4,35	43.650.000,00	9,51	53.828.734,43	22,31	59.546.771,68	5,05
Cola Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cola-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1%	38.252.685,03	36.487.143,72	-4,62	40.000.000,00	9,63	50.000.000,00	25,00	52.500.000,00	5,00
Cola-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1%	1.658.161,73	1.641.324,63	-2,74	1.700.000,00	3,54	1.862.780,34	8,63	1.910.925,55	5,75
Cola-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1%	1.625.762,14	1.645.435,56	1,21	1.800.000,00	9,39	1.867.773,40	3,76	1.915.128,60	5,75
Cola-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1%	94.399,58	103.304,57	-11,11	150.000,00	76,77	95.210,19	-58,51	100.718,50	5,75
Transferência de Concentração Financeira para Finaproc	1.301.551,41	1.626.280,59	14,36	1.090.000,00	3,79	1.848.336,73	9,35	1.954.511,72	5,75
Conselho de Compensação Financeira de Recursos Mídia	1.372.726,73	1.042.222,30	-22,65	1.000.000,00	-3,98	1.181.931,39	18,18	1.240.945,83	5,75
Clara-Santos Royalties - Compensação Final Nefila pela Procur	0,10	58.738.020,00	0,00	0,00	0,00	668.346,94	0,00	714.667,88	5,75
Cola-Parte da Fundo Estadual da Pátria Minha - FEP	589.363,56	0,00	10,00	690.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transfereência de Recursos do Sistema Único de Saúde	27.677.347,75	33.137.324,72	72,58	26.500.000,00	-32,28	27.845.968,98	4,32	27.781.544,28	0,25
Transfereência de Recursos do SUS - Atenção Primária	3.913.349,79	5.631.481,65	44,06	5.000.000,00	-1,31	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00	0,00
Transfereência de Recursos do SUS - Atenção Especializada	17.376.381,18	19.185.820,48	13,42	20.300.000,00	4,24	21.000.000,00	5,00	21.000.000,00	0,00
Transfereência de Recursos do SUS - Vigilância em Saúde	916.341,20	1.009.375,35	10,17	1.000.000,00	-1,91	1.145.968,98	14,60	1.211.862,20	5,75
Transfereência de Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	443.885,54	417.466,86	8,21	500.000,00	8,05	600.000,00	0,00	530.000,00	0,00
Transfereência de Recursos do SUS - Gestão do SUS	28.000,00	0,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transfereência de Recursos do SUS - Outras Programas F	0,00	12.832.676,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transfereência de Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	7.448.021,83	2.369.675,03	-3,19	2.755.000,00	16,25	2.950.158,66	-2,35	2.844.942,79	5,75
Transfereência de Recursos do SUS - Assistência Farmac	1.901.794,02	1.700.588,93	-10,58	2.100.000,00	23,49	1.930.338,70	-8,08	2.041.354,24	5,75
Transfereências Diretas do FNDE referentes ao Programa h	554.187,94	647.805,20	21,23	640.000,00	-1,17	735.095,65	14,86	777.364,72	5,75
Transfereências Diretas do FNDE referentes ao Programa h	17.049,87	10.543,55	-11,95	15.000,00	40,89	12.084,30	-9,45	12.779,78	5,75
Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	3.100	11.133,20	0,00	0,00	0,00	12.637,40	0,00	13.364,05	5,75



**MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO**

LEI, art. 4º § 2º, Inciso III

R\$ 1.00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA		PREVISTA		PROJETADA						
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
<b>Receitas</b>											
- Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. N.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. N.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Transferências da União e os Sua Entidade	22.611,35	2.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cotas Transferências de Convênios da União	22.611,35	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social	620.634,22	1.368.733,68	78,95	840.000,00	840.000,00	840.000,00	840.000,00	840.000,00	840.000,00	840.000,00	840.000,00
- Transferências no Recurso do Fundo Nacional de Assistência Social	520.634,22	1.368.233,78	78,95	840.000,00	840.000,00	840.000,00	840.000,00	840.000,00	840.000,00	840.000,00	840.000,00
Obras Transferências da União	2.000,18	38	12,3	1.367,40	542,53	2.000.000,00	84,39	2.000.000,00	1.367,40	2.000.000,00	2.000.000,00
Cotas Transferências da União	2.000,18	38	12,3	1.587,40	540,53	2.000.000,00	84,39	2.000.000,00	1.587,40	2.000.000,00	2.000.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	64.480.285,62	71.347.621,98	11,68	73.820.000,00	3,48	77.984.011,80	5,62	81.510.592,47	4,55	85.100.423,54	4,37
Transferências das Erranias - Especial E.M.	64.480.285,62	71.347.821,98	12,68	73.820.000,00	3,48	77.984.011,80	5,62	81.510.592,47	4,55	85.100.423,54	4,37
Participação na Receita dos Estados	60.365.063,96	65.633.362,36	8,36	68.560.000,00	6,01	73.098.026,28	5,92	77.238.141,54	4,83	80.780.584,49	4,56
Cota-Fazenda ICMS	48.110.366,93	45.936.145,02	1,78	55.000.000,00	12,03	60.000.000,00	9,06	63.000.000,00	5,03	65.190.000,00	4,76
Outras Parte do IPVA	10.789.598,51	15.012.320,13	31,98	14.000.000,00	-6,67	13.000.000,00	-7,14	13.500.000,00	3,85	14.000.000,00	3,70
Outras Parte do IPI - Municipais	602.748,93	554.634,27	7,98	500.000,00	-9,65	626.565,36	25,91	665.765,37	5,75	704.046,88	5,75
Outras Parte do Poder Judiciário de Intervenção no Domínio Estadual	72.117,62	50.255,06	-16,33	80.000,00	32,68	68.400,92	-14,45	72.270,27	5,75	76.537,91	5,75
Transferências de Recursos ao Estado para Programas de Segurança Pública e de Recursos do Estado para Programas de Segurança Pública	3.351.331,64	5.462.212,54	62,98	4.010.000,00	-26,77	4.000.000,00	3,02	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Transferências das Cessões destinadas a Assistência Social	153.949,56	248.376,50	58,05	200.000,00	-17,80	278.190,42	34,14	282.311,60	3,70	308.865,35	5,75
Transferências de Estados destinados à Assistência Social	153.949,56	242.316,50	58,05	200.000,00	-17,80	275.180,82	33,13	282.371,60	5,75	308.865,35	5,75
Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal	346.422,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios dos Estados Destinados a Fim	546.422,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências dos Estados	50.612,46	8.616,54	-82,82	50.000,00	476,27	9.814,66	-80,37	10.379,03	5,75	10.975,82	5,75
Outras Transferências dos Estados	50.612,46	9.646,54	-42,57	50.100,00	476,27	9.814,66	-80,37	10.379,03	5,75	10.975,82	5,75
Transferências de Instituições Privadas	212.231,54	2.674.333,29	1.224,25	311.000,00	-89,18	300.715,11	-3,31	300.756,23	0,01	300.788,71	0,01
Transferências de Obras Instituições Pú	212.231,54	2.674.335,28	1.224,35	311.000,00	-89,18	300.715,11	-3,31	300.756,23	0,01	300.788,71	0,01
Transferências de Obras Instituições Pú	24.198.162,42	27.438.517,96	13,39	27.000.000,00	-1,60	31.145.575,25	15,35	32.893.445,83	5,75	35.429.291,47	8,79
Transferências de Obras Instituições Pú	0,00	366.675,94	0,00	0,00	0,00	260.000,00	0,00	266.103,05	5,75	313.128,96	5,75
Transferências de Obras Instituições Pú	24.190.162,82	27.191.614,12	12,37	27.000.000,00	-0,71	30.865.572,37	14,22	32.840.342,78	5,75	35.417.162,48	8,81
Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento das Escolas	24.199.162,82	27.191.641,12	12,37	27.000.000,00	-0,71	30.865.572,37	14,32	32.840.342,78	5,75	35.517.162,48	8,81
Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento das Escolas	24.198.162,82	27.191.641,12	12,37	27.000.000,00	-0,71	30.865.572,37	14,32	32.840.342,78	5,75	35.517.162,48	8,81
Outras Fazendas Correntes	1.317.653,99	1.667.873,29	26,93	1.654.000,00	-2,65	1.440.502,05	-12,86	1.468.645,17	3,34	1.539.458,99	3,41
Mulhas Administrativas Comitivares e Judiciais	930.658,46	911.978,88	4,41	805.000,00	-37,75	67.6469,04	1,80	817.126,51	0,11	67.7829,90	0,11
Mulhas Prestadoras em Legislação Específica	855.542,06	477.305,03	-51,22	600.000,00	-43,78	600.000,00	0,30	600.000,00	0,00	600.000,00	0,00
Mulhas Prestadoras em Legislação Específica	855.542,06	477.305,03	-51,22	600.000,00	-43,78	600.000,00	0,30	600.000,00	0,00	600.000,00	0,00

04 AGO 2021

04 AGO 2021

**MUNICÍPIO DE JOÃO MONTEVADE - MG**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO**



LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R\$ 1,00

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>REALIZADA</b>		<b>PREVISTA</b>		<b>PROJETADA</b>						
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
<b>Receitas</b>											
Mulhas sob Demanda/Atividades	0,00	15.135,93	1,00	0,00	0,00	11.463,04	3,00	12.123,51	5,75	12.825,50	5,75
Mulhas Administrativas por Danos Arrebatados	0,00	13.112,93	2,00	0,00	0,00	11.463,04	0,00	12.123,51	5,75	12.825,50	5,75
Mulhas Decotativas de Serviços Judiciais	R\$ 3.912,53	544.468,96	759,67	5.000,00	-36,08	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00
Mulhas Incorporação de Serviços Judiciais	R\$ 312,53	544.468,66	759,37	5.000,00	-36,08	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00
Mulhas e Juros Previsões em Contratos	+2.308,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mulhas e Juros Previsões em Contratos	12.308,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mulhas e Juros Previsões em Contratos	12.308,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Resarcimentos	150.723,03	< 1.271,12	172,88	664.000,00	66,31	496.835,74	-31,75	493.675,68	5,75	522.000,00	5,75
Indenizações, Restituições e Resarcimentos	150.723,03	411.271,03	172,88	664.000,00	66,31	496.835,74	-31,75	493.675,68	5,75	522.000,00	5,75
Restituições	14.260,28	198.221,56	1.219,05	200.000,00	6,26	273.650,26	6,83	255.925,17	5,75	255.925,17	5,75
Restituições de Carências - Previdências	6.036,86	95.484,40	1.338,53	100.000,00	11,24	122.038,08	2,04	107.805,90	5,75	114.115,45	5,75
Restituições de Convênios - Finanças	9.244,42	98.327,55	1.099,66	100.000,00	1,00	111.611,60	1,61	116.023,27	5,75	124.815,93	5,75
Outras Restituições	136.442,24	223.046,49	63,47	484.000,00	1,63	253.83,48	-47,68	257.441,51	5,75	265.130,05	5,75
Outras Restituições	136.442,24	223.046,49	63,47	484.000,00	1,63	243.482,46	-47,63	267.741,51	5,75	283.136,65	5,75
Outras Receitas Correntes	235.370,57	314.772,38	33,17	334.000,00	1,64	337.299,27	-1,44	317.813,88	5,75	318.570,00	5,75
Encargos Legais para InSCRIÇÃO em Dívida Ativa e Recatadas	53.739,30	159.777,99	103,16	150.000,00	37,35	123.827,94	-17,36	131.053,80	5,75	138.589,39	5,75
Outros de Sucumbência	53.739,30	159.777,99	103,16	150.000,00	37,35	123.827,94	-17,36	131.053,80	5,75	138.589,39	5,75
Outras Receitas	182.831,67	205.455,39	12,57	214.000,00	4,09	233.37,35	9,05	243.790,18	5,75	261.980,51	5,75
Outras Receitas Financeiras	182.831,67	215.515,36	12,57	214.000,00	4,09	233.37,35	9,05	243.790,18	5,75	261.980,51	5,75
<b>Receitas de Capital</b>	<b>2.619.256,62</b>	<b>4.728.286,31</b>	<b>87,73</b>	<b>14.650.000,00</b>	<b>209,77</b>	<b>7.899.568,08</b>	<b>-46,16</b>	<b>6.920.580,56</b>	<b>-12,28</b>	<b>6.963.388,94</b>	<b>-13,98</b>
Operações de Crédito	1.139.628,71	2.379.034,23	109,75	1.310.000,00	152,20	3.010.000,00	-50,00	3.200.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	1.139.628,71	2.379.034,23	109,75	1.310.000,00	152,20	3.000.000,00	-50,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00
Operações no Crédito Contábil - Mercado Interno	0,00	2.379.034,23	3,00	0,00	0,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00
Obrigações de Crédito Contrárias - Mercado Interno	0,00	2.379.034,23	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	1.139.629,74	3,00	0,00	6.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	1.139.629,74	3,00	0,00	6.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aletração de Bens Móveis e Semovientes	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	500.000,00	-10,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00
Aletração de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis e Semovientes	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00
Transferências de Capital	1.371.625,98	2.350.282,08	70,25	8.050.000,00	242,51	4.308.555,08	-45,27	3.400.540,56	-22,07	2.453.548,94	-28,26
Transferências da União e de suas Entidades	1.370.626,96	1.943.262,06	40,85	8.050.000,00	314,25	4.088.546,08	-45,23	3.120.580,56	-23,59	2.153.388,94	-30,98
Transferências do Júlio	1.371.625,98	1.943.262,08	40,85	8.050.000,00	314,25	4.088.556,08	-45,23	3.120.580,56	-23,59	2.153.388,94	-30,98



**MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO**

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA		PREVISTA		PROJETADA						
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
<b>Receitas</b>											
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde	0,00	275.245,00	0,00	0,00	0,00	212.431,60	0,00	331.395,36	5,7%	349.383,09	5,75
Outras Transferências de Recursos no Sistema Único de Saúde	0,00	275.245,00	0,00	0,00	0,00	312.432,60	0,00	350.395,36	5,75	349.383,09	5,75
Transferências de Recursos Destinadas à Provenientes do Programa Nacional de Reabilitação e Aquisição de Enxovais	0,00	0,00	0,00	650.000,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	650.000,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da Convênio da União destinadas a Programas	1.183.726,75	1.291.415,22	6,18	7.450.000,00	4,75,83	2.777.125,48	-47,72	1.780.185,20	-35,54	807,005,85	-35,09
Transferências da Convênio da União destinadas a Programas	272.842,81	200.092,93	-26,66	0,00	0,00	227.125,48	0,20	240.435,20	5,75	252.946,86	5,75
Transferências ao Convênio da União destinadas a Programas	653.159,85	571.675,15	-12,47	/ 000,000,00	1.124,38	2.000.000,00	-71,43	1.030.000,00	-50,00	0,00	0,00
Transferências no Convênios da União destinadas a Programas	117.744,28	470.867,14	300,00	300.000,00	-36,29	500.000,00	56,87	520.200,00	3,00	500.000,00	0,00
Outras Transferências de Convênios da União	150.000,00	46.750,00	-67,50	150.000,00	207,59	50.000,00	-56,47	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00
Outras Transferências da União	185.930,14	376.651,86	102,56	3.00	0,00	1.000.000,00	0,30	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00
Outras Transferências da União	180.900,14	373.610,96	102,56	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00
Transferências das Entidades e do Distrito Federal e de suas Entidades para o Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	437.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	5,00	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00
Transferências das Entidades e do Distrito Federal e de suas Entidades para o Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	407.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	1,03	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde	0,00	82.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde	31,00	62.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal	0,00	325.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00
Outras Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal	0,00	325.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00
<b>CORRENTE INTRAORÇAMENTÁRIA</b>											
Receitas Correntes	501.671,49	564.859,20	12,50	553.000,00	-2,40	641.171,68	15,94	678.039,05	6,78	717.026,30	5,75
Receitas de Serviços	501.671,49	564.859,20	12,60	553.000,00	-2,10	641.171,68	15,94	678.039,05	5,75	717.026,30	6,76
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	501.671,49	564.859,20	12,50	553.000,00	-2,10	641.171,68	15,94	678.039,05	5,75	717.026,30	5,75
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	501.671,49	564.859,20	12,60	563.000,00	-2,10	641.171,68	15,94	678.039,05	5,75	717.026,30	5,75
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	501.671,49	564.859,20	12,60	552.000,00	-2,10	641.171,68	15,94	678.039,05	5,75	717.026,30	5,75

04 AGO 2021



**MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO**

Lei Orgânica do Município - Art. 4º § 2º, Inciso III

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA		PREVISTA		PROJETADA						
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
<b>Receitas</b>											
DEDUÇÃO FUNDEF	(19.785.983,41)	(20.426.827,64)	3,35	(22.230.000,00)	8,82	[24.744.981,08]	11,31	(25.851.296,34)	4,48	(27.162.110,88)	6,06
Receitas Correntes	(19.785.983,41)	(20.426.827,64)	3,35	(22.230.000,00)	8,82	[24.744.981,08]	11,31	(25.853.296,34)	4,48	(27.162.110,88)	6,06
Transferências Correntes	(19.785.983,41)	(20.426.827,64)	3,35	(22.230.000,00)	8,82	[24.744.981,08]	11,31	(25.853.296,34)	4,48	(27.162.110,88)	6,06
Transfereências da União e de suas Entidades	(7.669.417,52)	(7.314.209,35)	-4,63	(8.330.000,00)	13,85	(10.018.048,00)	20,28	(10.420.43,26)	4,00	(11.021.301,50)	5,77
Transseverência da União e respectiva Lí-M	(7.669.417,52)	(7.314.209,35)	-4,63	(8.330.000,00)	13,85	(10.018.048,00)	20,28	(10.420.43,26)	4,00	(11.021.301,50)	5,77
Fazenda-pública na Rezida da União	(7.669.417,52)	(7.314.209,35)	-4,63	(8.330.000,00)	13,85	(10.018.048,00)	20,28	(10.420.43,26)	4,00	(11.021.301,50)	5,77
Cota-Parte da União de Participação dos Municípios - Col	(7.650.526,62)	(7.297.426,45)	-4,62	(8.300.000,00)	13,74	(10.000.000,00)	20,48	(10.400.000,00)	4,00	(11.000.000,00)	5,77
Contribuição Imposto Sobre o Produto da Renda (CIR)	(18.877,89)	(16.780,80)	-11,11	(30.000,00)	78,77	(13.046,00)	-96,51	(20.143,26)	5,75	(21.301,50)	5,75
Transferências - Irregularidade - ICM - Desoneração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
T.e. referência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tela referência das Estaduais e do Distrito Federal e de suas I	(12.066.566,91)	112.414,67-8,29;	8,42	(13.600.000,00)	5,85	(14.725.913,08)	5,84	(15.423.153,08)	4,80	(16.140.833,38)	4,58
Transferências das Estaduais - Eficácia EM	(12.066.566,91)	113.114,67-8,29;	8,42	(13.800.000,00)	5,80	(14.725.913,08)	5,94	(15.523.153,08)	4,80	(16.400.869,34)	4,58
Parcipado na Renda nos Estados	(12.056.988,91)	113.114,67-8,29;	8,42	(13.900.000,00)	5,89	(14.725.913,08)	5,94	(15.423.153,08)	4,80	(16.140.839,38)	4,58
Cota-Parte do ICMS	(9.822.113,09)	(8.997.228,70)	-1,79	(11.000.000,00)	10,33	(12.000.000,00)	3,09	(12.600.000,00)	5,00	(13.200.000,00)	4,76
Cota-Parte do IPTU	(2.153.806,09)	(3.005.462,73)	38,58	(2.800.000,00)	-6,87	(2.600.000,00)	-7,14	(2.700.000,00)	3,85	(2.800.000,00)	3,70
Cota-Parte no IP - Municípios	(120.949,77)	1110.326,86;	-7,98	(100.000,00)	-0,85	(175.913,08)	25,94	(734.153,08)	5,75	(740.169,38)	5,75

04 AGO 2021

04 AGO 2021

**MUNICÍPIO DE JOÃO MONTEVADE - MG**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

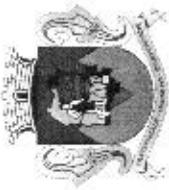
**DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO**


LRF, art. 4º, § 2º, Inciso III

R\$ 1,00

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>REALIZADA</b>		<b>PREVISTA</b>		<b>PROJETADA</b>				
	2019	2020	%	2021	%	2023	%	2024	%
<b>Resumo</b>									
TOTAL DA DESPESA	209.158.504,10	243.923.394,00	16,62	245.000.000,00	0,44	261.000.000,00	6,53	287.000.000,00	4,60
DESPESAS CORRENTES (X)	196.388.066,83	219.680.940,00	-12,02	219.680.940,00	-0,13	237.212.395,25	7,98	250.642.006,48	5,66
DESPESAS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (XI)	776.343,98	5.16.379,98	-20,27	2.000.000,00	223,53	800.000,00	-80,00	800.000,00	0,00
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	195.592.772,85	216.363.402,95	12,45	217.650.940,00	-0,76	236.412.398,28	8,60	245.849.006,48	5,68
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	12.750.437,27	23.351.611,03	87,26	24.709.060,00	3,16	23.187.700,71	-8,16	21.759.993,52	-6,20
DESPESAS DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (XIV)	2.918.552,78	2.163.381,41	-35,87	2.800.000,00	29,42	2.000.000,00	-28,57	2.000.000,00	0,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XVI) = (XIII - XIV)	9.871.384,48	2.788.329,62	120,71	21.909.060,00	0,55	21.187.700,71	-3,29	19.760.993,52	-6,78
DESPESAS DE RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVII)	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00	0,00
DESPESAS NÃO FINANCEIRAS (XVIII) = (XII + XVI + XVII)	205.464.607,33	241.141.732,65	17,36	240.200.000,00	-0,39	255.200.000,00	7,49	270.200.000,00	4,65
TOTAL DA RECEITA	207.845.546,66	248.892.471,64	20,23	245.000.000,00	-1,95	261.000.000,00	6,53	273.000.000,00	4,60
RECEITAS CORRENTES (I)	205.386.290,03	246.163.176,33	19,40	210.356.000,00	-6,04	253.110.443,82	9,88	268.079.419,44	5,12
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (II)	629.835,41	360.166,76	-48,24	437.700,00	25,00	397.462,93	-9,19	426.317,06	6,76
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	204.636.433,62	244.803.018,58	18,63	229.872.300,00	-6,05	262.712.980,93	9,92	268.659.102,38	6,12
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	2.519.256,63	4.729.295,31	87,73	14.650.000,00	209,77	7.889.556,08	-45,15	6.920.520,56	-12,28
RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO (V)	1.139.629,74	2.379.034,23	108,76	6.000.000,00	152,20	3.000.000,00	-50,00	1.000.000,00	1.000.000,00
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE BENS (VI)	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	500.000,00	-16,67	500.000,00	0,00
RECEITAS DE AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)	1.379.626,89	2.350.262,08	70,35	8.050.000,00	242,51	4.368.556,08	-45,47	3.420.580,56	-22,07
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS (IX) = (III + VIII)	206.016.000,51	247.155.280,66	19,97	237.942.300,00	-3,72	257.102.337,07	8,04	268.079.682,94	4,66
RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVIII)	551.483,18	6.011.548,95	990,13	(2.237.700,00)	-137,22	(1.097.462,93)	-50,96	(1.120.317,06)	2,08

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pú  
blicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Econômico. Emissão: 25/05/2021 às 13:49:16


**MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

**DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

Programa: 0000 - ENCARGOS ESPECIAIS

OBJETIVO: PAGAMENTO DE DESPESAS ÀS QUais NÃO SE PODE ASSOCIAR UM BEM OU SERVIÇO A SER GERADO NO PROCESSO PRODUTIVO CORRENTE.

Nº PROCESSO	FL.	RÚBRICA

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
0.001	PAGAMENTO DE PEQUENOS VALORES - RPV	RPV	40,00	245.000,00	PEQUENOS VALORES PAGOS
0.002	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	PRECATÓRIO	45,00	2.330.000,00	PRECATÓRIOS PAGOS
0.003	PAGAMENTO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS COMP.APOSENTADORIA-LO	SERVIDOR APOSENTADO	22,00	1.360.000,00	SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS PAGOS
0.004	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	SERVIÇO	1,00	2.360.000,00	PAGAMENTO GARANTIDO
0.005	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA FUNDADA	CONTRATO	6,00	4.100.000,00	DÍVIDA QUITADA
<b>Total Programa</b>				<b>10.395.000,00</b>	



## MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

### DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Programa: 0101 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL

OBJETIVO: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E PARLAMENTARES DA CÂMARA MUNICIPAL, ASSIM COMO PROMOÇÃO DE AÇÕES DE MELHORIAS E EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA.

Nº PROCESSO	F1.	RÚBRICA
-------------	-----	---------

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.030	INFRAESTRUTURA DA CÂMARA MUNICIPAL	SERVIÇO	1,00	50.000,00	REFORMA DAS INSTALAÇÕES DO LEGISLATIVO
1.031	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS	UNIDADE	1,00	200.000,00	VEÍCULOS, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS
2.128	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES PLENÁRIAS	SERVIÇO	1,00	2.014.000,00	PAGAMENTO DE SUBSÍDIOS, MATERIAIS E SERVIÇOS
2.129	MANUTENÇÃO DA PRESIDÊNCIA	SERVIÇO	1,00	150.000,00	ATIVIDADES MANTIDAS
2.130	MANUTENÇÃO DE GABINETE DOS VEREADORES	SERVIÇO	1,00	663.000,00	ATENDIMENTO AOS VEREADORES E A COMUNIDADE
2.131	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA JURÍDICA	SERVIÇO	1,00	535.000,00	ASSESSORAMENTO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA
2.132	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA INTERNA	SERVIÇO	1,00	235.000,00	AUDITORIA INTERNA
2.133	MANUTENÇÃO DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA	SERVIÇO	1,00	1.815.000,00	PESSOAL CIVIL
2.134	PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES PATRONAIS	SERVIÇO	1,00	1.458.000,00	PAGAMENTO DE INSS E FGTS
2.135	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	SERVIÇO	1,00	664.000,00	MATERIAIS E SERVIÇOS
2.136	MANUTENÇÃO DA FROTA DA CÂMARA	VEÍCULO	4,00	83.000,00	VEÍCULOS BEM CUIDADOS E REVISADOS
2.137	BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES CONFORME ACORDO COLETIVO	SERVIDORES PUBL.	60,00	201.000,00	UNIFORME, VALE ALIMENTAÇÃO, CESTA DE NATAL E OUTROS
2.138	PLANO DE SAÚDE PARA SERVIDORES	SERVIDOR E DEPENDENTE	116,00	389.000,00	ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR
2.139	PAGAMENTOS DE ESTAGIÁRIOS	ESTAGIÁRIO	6,00	38.000,00	ESTÁGIOS
2.140	PAGAMENTO DE APOSENTADORIA E REFORMAS	SERVIDOR APOSENTADO	3,00	333.000,00	APOSENTADORIA
2.141	QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES	SERVIDORES PUBL.	25,00	22.000,00	CURSOS, TREINAMENTOS, GRADUAÇÃO ESCOLAR, OUTROS.
2.142	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS	SERVIÇO	1,00	423.000,00	INFORMAÇÕES E RELAÇÕES PÚBLICAS
2.143	SOLENIDADES E FESTIVIDADES	EVENTO	3,00	41.000,00	HOMENAGENS E FESTIVIDADES
2.144	PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÕES OFICIAIS	SERVIÇO	1,00	15.000,00	ATOS OFICIAIS PUBLICADOS
2.145	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS	SERVIÇO	1,00	220.000,00	ATIVIDADES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS MANTIDAS
2.146	PUBLICAÇÕES INSTITUCIONAL	SERVIÇO	1,00	400.000,00	DIVULGAÇÕES MANTIDAS
<b>Total Programa</b>				<b>9.949.000,00</b>	

Programa: 0102 - PROMOÇÃO DE POLÍTICA E CIDADANIA

OBJETIVO: PROMOVER ATIVIDADES DE CUNHO SOCIAL E GRATUITO NOS SEGMENTOS DA CIDADANIA, CULTURA E LAZER, ALÉM DE PROMOVER A INTEGRAÇÃO DO LEGISLATIVO COM A COMUNIDADE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.147	PROMOÇÃO DE AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL	AÇÃO	4,00	36.000,00	Mobilização Social
2.148	PROMOÇÃO DE AÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA	AÇÃO	2,00	20.000,00	Utilidade Pública
<b>Total Programa</b>				<b>56.000,00</b>	


**MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG**

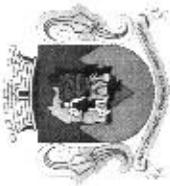
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXOS DE METAS

**DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**
**Programa:** 0401 - APOIO ADMINISTRATIVO

**OBJETIVO:** ATENDER AS SECRETARIAS, ASSESSORIAS E DIVISÕES MUNICIPAIS NA EXECUÇÃO DE SUAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, NECESSÁRIAS PARA DAR SUPORTE À IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS E PROGRAMAS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO.

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

ACÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCIERO	RESULTADO ESPERADO
2.001	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO GABINETE	SERVIÇO	1,00	975.000,00	SERViÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.002	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA ASSESSORIA DE GOVERNO	SERVIÇO	1,00	350.000,00	SERViÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.006	PAGAMENTO DE CUSTAS E TAXAS JURÍDICAS DIVERSAS	TAXA	10,00	31.000,00	CUSTOS E TAXAS PAGAS
2.007	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA PROCURADORIA JURÍDICA	SERVIÇO	1,00	1.390.000,00	PROCURADORIA MANTIDA
2.009	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA CONTROLADORIA INTERNAS	SERVIÇO	1,00	310.000,00	CONTROLADORIA MANTIDA
2.010	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	SERVIÇO	1,00	875.000,00	SECRETARIA MANTIDA
2.012	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	SERVIÇO	1,00	496.000,00	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO MANTIDA
2.015	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	SERVIÇO	1,00	6.780.000,00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO MANTIDA
2.017	GARANTIA DOS AUXILIOS DE TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES	SERVidores PÚBLICos	1.040,00	2.350.000,00	AUXILIOS TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO MANTIDOS
2.019	PARTCIA COM O ESTADO NA RESSOCIALIZAÇÃO DE DETENTOS	DETENTO	12,00	158.000,00	RESGATE DA DIGNIDADE E DA CIDADANIA DOS DETENTOS
2.021	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE FAZENDA	SERVIÇO	1,00	2.200.000,00	SECRETARIA DE FAZENDA MANTIDA
2.022	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	SERVIÇO	1,00	370.000,00	SECRETARIA MANTIDA
2.023	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE OBRAS	SERVIÇO	1,00	3.000.000,00	SECRETARIA MANTIDA
2.024	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	SERVIÇO	1,00	1.120.000,00	SECRETARIA MANTIDA
2.025	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	SERVIÇO	1,00	400.000,00	SECRETARIA MANTIDA
2.034	GESTÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DA FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA	SERVIÇO	1,00	700.000,00	ARRECADADAÇÃO TRIBUTÁRIA EFICAZ
<b>Total Programa</b>				<b>21.505.000,00</b>	



## MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXOS DE METAS

### DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Programa: 0402 - ESTRUTURAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO PATRIMÔNIO

OBJETIVO: PROPORCIONAR AOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO UMA ESTRUTURA MODERNA E EFICIENTE PARA ATENDIMENTO AO CIDADÃO E PROMOVER MELHORIAS DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO SERVIDOR PÚBLICO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.004	INFRAESTRUTURA PARA O SETOR ADMINISTRATIVO	PRÉDIO	1,00	900.000,00	PRÉDIOS CONSTRUÍDOS/AMPLIADOS
2.016	GESTÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE GARAGEM E OFICINA	VEÍCULO	30,00	570.000,00	VEÍCULOS BEM CUIDADOS E REVISADOS
2.020	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	SERVIÇO	1,00	1.200.000,00	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO MANTIDA
2.032	GESTÃO DOS RECURSOS MATERIAIS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E PATRIMONIAIS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	SERVIÇO	1,00	1.340.000,00	MAQUINA ADMINISTRATIVA FUNCIONANDO
2.093	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS E LOCADOS	PRÉDIO	15,00	190.000,00	PRÉDIOS CONSERVADOS
2.099	MANUTENÇÃO E MELHORIAS DA TORRE DE TV/INTERNET	TORRE	2,00	25.000,00	IMAGEM E INTERNET DE QUALIDADE
<b>Total Programa</b>				<b>4.225.000,00</b>	

Programa: 0403 - ASSISTÊNCIA AO CIDADÃO

OBJETIVO: OFERECER AO CIDADÃO SERVIÇOS ESSENCIAIS À GARANTIA, DEFESA E AMPARO DO EXERCÍCIO DOS DIREITOS CIVIS E TRABALHISTAS POR MEIO DE PARCERIAS DE ORGÃOS ESTADUAIS E FEDERAIS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.008	MANUTENÇÃO DOS CONVÉNIOS DRT/DEFENSORIA/CARTÓRIO	ATENDIMENTO	000,00	220.000,00	DIREITOS CIVIS GARANTIDOS
2.026	MANUTENÇÃO DO PROCON MUNICIPAL	ATENDIMENTO	600,00	105.000,00	DIREITOS CIVIS GARANTIDOS
2.068	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CAT/SINE	EMPREGO GERADO	500,00	270.000,00	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA
2.105	PARCERIA COM ENTIDADES DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	FAMÍLIA	100,00	76.000,00	FAMÍLIAS BENEFICIADAS
<b>Total Programa</b>				<b>671.000,00</b>	

Programa: 0404 - COMUNICAÇÃO- TRANSPARÊNCIA E EVENTOS

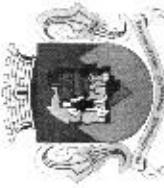
OBJETIVO: LEVAR AOS MUNICÍPIOS INFORMAÇÕES DE CUNHO SOCIAL E EDUCATIVO, PROPORCIONANDO TRANSPARÊNCIA AOS ATOS PÚBLICOS, PUBLICIDADES DOS ATOS OFICIAIS E DE EVENTOS SOCIAIS QUE ALCANCEM COM BENEFÍCIOS DIVERSOS TODA A POPULAÇÃO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.011	APOIO E PROMOÇÃO DE EVENTOS DIVERSOS	EVENTO	5,00	120.000,00	EVENTOS APOIADOS E REALIZADOS
2.013	PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÕES OFICIAIS	SERVIÇO	1,00	124.000,00	DIVULGAÇÕES OFICIAIS MANTIDAS
2.014	PUBLICIDADES INSTITUCIONAIS	POPULAÇÃO IDOSA DO MUNICÍPIO	80,00	600.000,00	POPULAÇÃO INFORMADA
<b>Total Programa</b>				<b>844.000,00</b>	

Programa: 0601 - EM DEFESA DO CIDADÃO

OBJETIVO: APOIAR E DESENVOLVER POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, COM VISTA À MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, PELA DEFESA DA INTEGRIDADE FÍSICA E DOS BENS E PATRIMÔNIO DOS CIDADÃOS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.013	IMPLEMENTAÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL	GUARDA MUNICIPAL	8,00	100.000,00	Mais SEGURANÇAS NAS RUAS
2.018	PARCERIA COM ENTIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA	CONVÉNIO	4,00	200.000,00	ORGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA APOIADOS
2.103	ATIVIDADES DA DEFESA CIVIL	SERVIÇO	1,00	95.000,00	PROTEÇÃO DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO
<b>Total Programa</b>				<b>395.000,00</b>	


**MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG**
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXOS DE METAS**
**DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**
**Programa:** 0801 - GESTÃO DAS POLÍTICAS ASSISTÊNCIA SOCIAL

**OBJETIVO:** ASSEGURAR O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES NECESSÁRIAS À OFERTA DE SERVIÇOS, PROGRAMA, PROJETOS E BENEFÍCIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

**L**
**OBJETIVO: ASSEGURAR A OFERTA DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ÀS FAMÍLIAS ATENDIDAS E ACOMPANHADAS PELA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, CONFORME AS LEGISLAÇÕES VIGENTES**

AÇÃO	DESCRÍÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.02/1	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	SERVIÇO	1,00	860.000,00	SECRETARIA MANTIDA
2.031	GESTÃO DAS AÇÕES DO APRIMORAMENTO - IGDISUAS	SERVIÇO	1,00	31.000,00	GESTÃO SUAS EFICAZ
2.036	GESTÃO DOS CONSELHOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO	5,00	2.500,00	CONSELHO MANTIDO
<b>Total Programa</b>				<b>893.500,00</b>	

**Programa:** 0802 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

**OBJETIVO: ASSEGURAR A OFERTA DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BÁSICA, CONFORME AS LEGISLAÇÕES VIGENTES**

AÇÃO	DESCRÍÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.029	GESTÃO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR - CENTROS DE ALIMENTAÇÃO POPULAR	REFEição	200,00	30.000,00	ALIMENTO AO NECESSITADO
2.030	APOIO A ENTIDADES SOCIOASSISTENCIAIS	ENTIDADE	2,00	11.500,00	ENTIDADES SUBVENCIIONADAS
2.039	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS e SCFV	PESSOA	000,00	568.000,00	PESSOAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL ATENDIDAS
2.040	GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA / CAD ÚNICO	FAMÍLIA	1500,00	240.000,00	FAMÍLIAS BENEFICIADAS
2.041	GESTÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	FAMÍLIA	720,00	208.000,00	FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE DIFICULDADE AMPARADAS
2.042	ACOMPANHAMENTO DOS BENEFICIÁRIOS DO BPC	PESSOA	1400,00	1.000.000,00	IDOSOS E DEFICIENTES ASSISTIDOS
<b>Total Programa</b>				<b>1.058.500,00</b>	

**Programa:** 0803 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - M.C

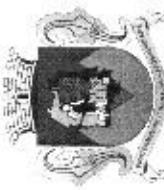
**OBJETIVO: PROMOVER O ATENDIMENTO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E VIOLAÇÃO DE DIREITOS, VISANDO POSSIBILITAR MELHOR ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS.**

AÇÃO	DESCRÍÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.043	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL MÉDIA COMPLEXIDADE - CREAS	PESSOA	200,00	420.000,00	FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS ASSISTIDOS
2.044	MANUTENÇÃO DA CASA DE PASSAGEM - ALBERGUE	PESSOA	0000,00	85.000,00	MORADORES DE RUA E MIGRANTES ASSISTIDOS
2.045	AUXÍLIO A ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA A DEFICIENTES	PESSOA	0000,00	72.000,00	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ATENDIDAS
<b>Total Programa</b>				<b>577.000,00</b>	

**Programa:** 0804 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - A.C

**OBJETIVO: GARANTIR PROTEÇÃO INTEGRAL A INDIVÍDUOS EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL, COM VÍNCULOS FAMILIARES ROMPIDOS OU EXTREMAMENTE FRAGILIZADOS, POR MEIO DE SERVIÇOS QUE GARANTAM O ACOLHIMENTO COM PRIVACIDADE, O FORTALECIMENTO DOS VÍNCULOS FAMILIARES E/O COMUNITÁRIO E O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA DAS**

AÇÃO	DESCRÍÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.046	AUXÍLIO A ENTIDADES DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	PESSOA	50,00	42.000,00	CRÍANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS ASSISTIDOS
<b>Total Programa</b>				<b>42.000,00</b>	


**MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG**
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXOS DE METAS**
**DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**
**Programa: 0805 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS  
OBJETIVO: GARANTIR A PROMOÇÃO, A PROTEÇÃO E A DEFESA DOS DIREITOS DE PROTEÇÃO SOCIAL CONSAGRADOS EM LEI E ASSEGURADOS PELO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.**

FI.	RUBRICA
Nº PROCESSO	

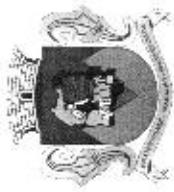
AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.003	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PREFEITO AMIGO DA CRIANÇA	UNIDADE	1,00	1.240,00	UM FUTURO MELHOR
2.004	GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE IGUALDADE RACIAL	UNIDADE	1,00	250,00	FUNDO MANTIDO
2.005	GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA INTEGRAÇÃO DA JUVENTUDE	UNIDADE	1,00	250,00	FUNDO MANTIDO
2.028	GESTÃO DO CONSELHO TUTELAR	CONSELHO	1,00	140.000,00	CONSELHO MANTIDO
2.035	GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	POPULAÇÃO IDOSA DO MUNICÍPIO	000,00	12.000,00	DIREITOS DOS IDOSOS ASSISTIDOS
2.037	GESTÃO DO CONSELHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	CONSELHO	1,00	4.550,00	CONSELHO MANTIDO
2.038	GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	POPULAÇÃO INFANTIL E ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO	300,00	190.000,00	DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES GARANTIDOS
<b>Total Programa</b>				<b>348.290,00</b>	

**Programa: 0806 - APOIO ADMINISTRATIVO - FUNDAÇÃO CRÉ-SER  
OBJETIVO: APOIO ADMINISTRATIVO NECESSÁRIO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES QUE PROPICIEM A MINIMIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL DE CRIANÇA E ADOLESCENTE EM RISCO PESSOAL E SOCIAL.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.123	GESTÃO ADMINISTRATIVA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	SERVIÇO	1,00	2.100.000,00	ATIVIDADES MANTIDAS
<b>Total Programa</b>				<b>2.100.000,00</b>	

**Programa: 0807 - PROGRAMA HUMANIZAR  
OBJETIVO: MINIMIZAR A SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL DE CRIANÇA E ADOLESCENTE EM RISCO PESSOAL E SOCIAL; DISPONIBILIZAR ATIVIDADES ARTESSANAIS, LÚDICAS, PEDAGÓGICA E ESPORTIVAS; CAPACITAÇÃO DE ADOLESCENTES PARA INSERÇÃO NO PRIMEIRO EMPREGO; ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.124	MANUTENÇÃO UNIDADE ACOLHEDORA	CRIANÇA	20,00	1.090.000,00	CRINÇAS ABRIGADAS
2.125	MANUTENÇÃO CENTRO INICIAÇÃO PROFISSIONAL	ADOLESCENTE	30,00	442.000,00	INICIAÇÃO PROFISSIONAL DE ADOLESCENTES
2.126	MANUTENÇÃO DE CONVÉNIOS COM ENTIDADES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	PESSOA ESPECIAL	210,00	2.396.000,00	PESSOAS ESPECIAIS ASSISTIDAS
2.127	MANUTENÇÃO NÚCLEOS COMUNITÁRIOS	UNIDADE	9,00	1.946.000,00	NÚCLEOS COMUNITÁRIOS MANTIDOS
<b>Total Programa</b>				<b>5.874.000,00</b>	


**MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

**DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

Programa: 1001 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

OBJETIVO: PROMOVER A GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/SUS COM A ESTRUTURAÇÃO DOS SEUS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA GARANTIR QUE SE CONFIGURE NUM PROCESSO

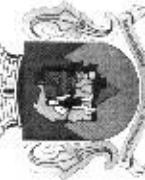
DINÂMICO, EFICIENTE, PARTICIPATIVO E INTEGRADO COM AS POLÍTICAS DO SUS E COM AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO MONLEVADENSE.

AÇÃO	DESCRÍÇÃO	UNIDADE	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.016	INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	UNIDADE	UNIDADE	0,10	30.000,00	EFICIÊNCIA NO ATENDIMENTO
2.047	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVÍCIO	SERVÍCIO	1,00	4.900.000,00	ATIVIDADES MANTIDAS
2.048	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	CONSELHO	CONSELHO	1,00	7.500,00	CONSELHO MANTIDO
<b>Total Programa</b>					<b>4.937.500,00</b>	

Programa: 1002 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

OBJETIVO: DESENVOLVER CONJUNTO DE AÇÕES, NO ÂMBITO INDIVIDUAL E COLETIVO, VOLTADAS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE, A PREVENÇÃO DE AGRAVOS, TRATAMENTO E A REabilitação, TENDO A ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE COMO ORDENADORA DO SISTEMA LOCAL DE SAÚDE.

AÇÃO	DESCRÍÇÃO	UNIDADE	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.019	INFRAESTRUTURA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	UNIDADE	UNIDADE	1,00	476.000,00	UNIDADES DE SAÚDE CONSTRUÍDAS E/OU REVITALIZADAS
1.036	IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO DE APOIO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA	ATENDIMENTO	ATENDIMENTO	1.000,00	40.000,00	PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS ASSISTIDOS
2.049	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	ATENDIMENTO	ATENDIMENTO	1.000,00	21.467.710,00	ATENDIMENTOS REALIZADOS
2.050	CONSERVAÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	UNIDADE	UNIDADE	10,00	30.000,00	UNIDADES DE SAÚDE CONSERVADAS
2.198	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE BUCAL	PROCEDIMENTO	PROCEDIMENTO	0,00	3.100.000,00	PROCEDIMENTOS REALIZADOS
<b>Total Programa</b>					<b>25.113.710,00</b>	



## MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

### DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Programa: 1003 - ATENÇÃO SECUNDÁRIA À SAÚDE

OBJETIVO: ATENDER OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DE SAÚDE E AGRAVOS DA POPULAÇÃO, A FIM DE GARANTIR A CONTINUIDADE DO CUIDADO EM SAÚDE, CUJA COMPLEXIDADE DA PRÁTICA CLÍNICA DEMANDE A DISPONIBILIDADE DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS E A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS PARA O APOIO AO DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.051	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	CONSULTA	000,00	5.300.000,00	POPULAÇÃO ASSISTIDA
2.052	PARCERIAS COM ENTIDADES DE AÇÕES DE PROMOÇÃO, PREVENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE	INSTITUIÇÃO	4,00	230.000,00	INSTITUIÇÕES ATENDIDAS
2.053	APOIO AO TRATAMENTO DE DEPENDENTE QUÍMICO	PROCEDIMENTO	30,00	230.000,00	PACIENTES ATENDIDOS
2.054	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL CAPS II	PROCEDIMENTO	000,00	2.200.000,00	PROCEDIMENTOS REALIZADOS
2.055	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR, AMBULATORIAL E URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	LEITO	81,00	25.639.000,00	LEITOS DISPONÍVEIS
2.056	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS	PROCEDIMENTO	000,00	1.300.000,00	PROCEDIMENTOS REALIZADOS
2.057	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE FISIOTERAPIA MUNICIPAL	SESSÃO	000,00	900.000,00	SESSÕES REALIZADAS
2.058	MANUTENÇÃO DOS CONTRATOS COM PRESTADORES DE SERVIÇOS SUS	PROCEDIMENTO	000,00	3.600.000,00	PACIENTES ATENDIDOS
2.059	MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO AOS PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO	VIAGEM	530,00	1.000.000,00	VIAGENS REALIZADAS
2.060	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE APOIO AO DIAGNÓSTICO	EXAME	000,00	2.300.000,00	EXAMES REALIZADOS
2.061	MANUTENÇÃO CISMEPI - CONTRATO DE RATEIO	UNIDADE	1,00	530.000,00	CONSÓRCIO MANTIDO
2.106	PARCERIA COM O ESTADO PARA MANUTENÇÃO DO IML	SERVÍCIO	1,00	64.000,00	PARCEIRA MANTIDA
<b>Total Programa</b>			<b>43.293.000,00</b>		

Programa: 1004 - ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA

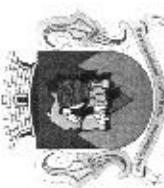
OBJETIVO: PROMOVER O ACESSO DA POPULAÇÃO AOS MEDICAMENTOS DA REDE BÁSICA, ATRAVÉS DE UMA ADEQUADA DISPENSAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DE USO RACIONAL.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.062	ENTREGA DE MEDICAMENTOS EM DOMICÍLIO	PACIENTE	250,00	100.000,00	MEDICAMENTO ENTREGUE EM CASA
2.063	DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS DA REDE BÁSICA	MEDICAMENTO	000,00	2.400.000,00	MEDICAMENTOS FORNECIDOS
<b>Total Programa</b>			<b>2.500.000,00</b>		

Programa: 1005 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

OBJETIVO: REALIZAR AÇÕES INERENTES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE HUMANA CONDIÇÕES ADEQUADAS DE SALUBRIDADE, CONTROLAR A INCIDÊNCIA DE DOENÇAS ENDÉMICAS, TRANSMISSÍVEIS E INFECTOSES E REALIZAR A IMUNIZAÇÃO DA POPULAÇÃO. REALIZAR CONTROLE DE VETORES.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.064	PROMOÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	VISTORIA	020,00	960.000,00	AÇÕES VIGILÂNCIA E CONTROLE SANITÁRIO PROMOVIDOS
2.065	PROMOÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	COBERTURA DE VACINAÇÃO	95,00	1.400.000,00	CRIANÇAS VACINADAS
2.066	GESTÃO DO PROGRAMA ISTHIVIAIDS	PESSOA	70,00	105.000,00	AUMENTO DO NÚMERO DE PACIENTES COM CARGA VIRAL INDETECTÁVEL
2.067	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE CONTROLE DE ZOONOSSES	PROCEDIMENTO	750,00	22.000,00	PRODECIMENTOS VETERINÁRIOS REALIZADOS
<b>Total Programa</b>			<b>2.487.000,00</b>		


**MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG**

 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXOS DE METAS

**DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

**Programa:** 1201 - EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO: APOIO ADMINISTRATIVO À EDUCAÇÃO  
**OBJETIVO:** ATENDER À REDE DE ENSINO MUNICIPAL NA EXECUÇÃO DE SUAS ATIVIDADES ESCOLARES, NECESSÁRIAS AO DESENVOLVIMENTO DE UM ENSINO DE QUALIDADE E EXCELENCIA.

PL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

ACÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.069	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SERVIÇO	1,00	4.700.000,00	SECRETARIA MANTIDA
<b>Total Programa</b>				<b>4.700.000,00</b>	

**Programa:** 1202 - EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO: ENSINO FUNDAMENTAL  
**OBJETIVO:** OFERECER UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PROPORCIONANDO AOS ALUNOS CONHECIMENTOS E ATTITUDES NECESSÁRIOS PARA IMPULSIONAREM A INVESTIGAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO.

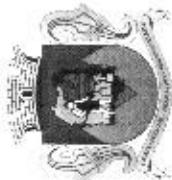
ACÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.012	INFRAESTRUTURA DE PRÉDIOS ESCOLARES	PRÉDIO	2,00	416.000,00	PRÉDIOS ESCOLARES CONSTRUÍDOS E REVITALIZADOS
2.070	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL	ALUNO	500,00	9.050.000,00	ENSINO FUNDAMENTAL MANTIDO
2.071	REPASSE DE SUBVENÇÕES PARA ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	ENTIDADE	1,00	12.000,00	ENTIDADES SUBVENCIONADAS
2.072	CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS ESCOLARES	PRÉDIO	9,00	110.000,00	PRÉDIOS ESCOLARES CONSERVADOS
2.073	PARTCERIA COM O CAIXA ESCOLAR	CAIXA ESCOLAR	9,00	248.000,00	MAIS AUTÔNOMIA PARA AS ESCOLAS
2.074	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB	ALUNO	500,00	27.177.000,00	ENSINO FUNDAMENTAL MANTIDO
2.077	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	ALUNO	1.000,00	3.714.000,00	ALUNOS TRANSPORTADOS
2.082	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ALUNO	145,00	1.150.000,00	EDUCAÇÃO ESPECIAL MANTIDA
2.085	MANUTENÇÃO DO EJA - ENSINO FUNDAMENTAL	ALUNO	140,00	300.000,00	JOVENS E ADULTOS ALFABETIZADOS
<b>Total Programa</b>				<b>42.177.000,00</b>	

**Programa:** 1203 - EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO: EDUCAÇÃO INFANTIL  
**OBJETIVO:** CRIAR CONDIÇÕES PARA A OFERTA DE ENSINO DE QUALIDADE EM UNIDADES PRÓPRIAS, PROMOVENDO EDUCAÇÃO DE QUALIDADE ÀS CRIANÇAS DE 04 MESES A 5 ANOS E 11 MESES.

ACÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.011	INFRAESTRUTURA DE CEMEI'S	PRÉDIO	1,00	638.000,00	NOVOS CEMEI'S CONSTRUÍDOS E MOBILIADOS
2.075	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	ALUNO	180,00	8.000.000,00	EDUCAÇÃO INFANTIL MANTIDA
2.076	CONSERVAÇÃO DOS CEMEI'S	PRÉDIO	8,00	170.000,00	CEMEI'S CONSERVADOS
2.080	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCAÇÃO INFANTIL	ALUNO	1.400,00	1.700.000,00	ALUNOS TRANSPORTADOS
<b>Total Programa</b>				<b>10.508.000,00</b>	

**Programa:** 1204 - EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO: ESCOLA DE INFORMÁTICA  
**OBJETIVO:** PROPORCIONAR DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO PERMITINDO, ALÉM DA UTILIZAÇÃO DO MUNDO DIGITAL, TRAZER BENEFÍCIOS PARA VIDA PESSOAL E PROFISSIONAL DO CIDADÃO.

ACÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.081	MANUTENÇÃO DA ESCOLA DE INFORMÁTICA	USUÁRIO	400,00	45.000,00	ACESSO À INFORMAÇÃO GARANTIDA
<b>Total Programa</b>				<b>45.000,00</b>	


**MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG**

 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXOS DE METAS

**DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

**Programa:** 1205 - EDUCACAO EM MOVIMENTO: ALIMENTAÇÃO ESCOLAR  
**OBJETIVO:** FORNECER REFEIÇÕES BALANCEADAS E SAUDÁVEIS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL.

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

AÇÃO	DESCRÍÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.083	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	ALUNO	1.500,00	1.294.000,00	ALUNOS ALIMENTADOS
<b>Total Programa</b>				<b>1.294.000,00</b>	

**Programa:** 1206 - EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO:DO ENSINO MÉDIO AO ENSINO SUPERIOR COMPARTILHADO  
**OBJETIVO:** APOIAR AS AÇÕES DE FORTALECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE NOVOS CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR NO MUNICÍPIO E MÉDIO DO MUNICÍPIO.

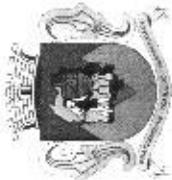
AÇÃO	DESCRÍÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.078	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO/EJA/JPÓS MÉDIO	ALUNO	1.656,00	1.770.000,00	ALUNOS TRANSPORTADOS
2.079	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO SUPERIOR	ALUNO	1.656,00	1.800.000,00	ALUNOS TRANSPORTADOS
2.084	APOIO AO ACESSO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR	CONVÊNIO	3,00	350.000,00	ENSINO SUPERIOR APOIADO
<b>Total Programa</b>				<b>3.920.000,00</b>	

**Programa:** 1301 - APOIO ADMINISTRATIVO À FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA  
**OBJETIVO:** EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS NECESSÁRIAS AO DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS E PROGRAMAS DA CASA DE CULTURA, ALÉM DAS MELHORIAS NA ESTRUTURA FÍSICA.

AÇÃO	DESCRÍÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.110	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA	SERVIÇO	1,00	180.000,00	SERVÍCIOS ADMINISTRATIVOS REALIZADOS
2.111	PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO OFICIAL E INSTITUCIONAL	POPULAÇÃO IDOSA DO MUNICÍPIO	1,00	2.000,00	POPULAÇÃO INFORMADA
<b>Total Programa</b>				<b>182.000,00</b>	

**Programa:** 1302 - PROMOÇÃO E ACESSO À CULTURA  
**OBJETIVO:** PROPORCIONAR A TODOS O ACESSO ÀS FONTES DA CULTURA DO NOSSO PAÍS, ALÉM DE APOIAR E INCENTIVAR A VALORIZAÇÃO E A DIFUSÃO DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS.

AÇÃO	DESCRÍÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.023	APOIO E PROMOÇÃO A FESTAS TRADICIONAIS E EVENTOS	EVENTO	5,00	420.000,00	FESTAS TRADICIONAIS E EVENTOS CULTURAIS MANTIDOS
2.112	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL	UNIDADE	12,00	105.000,00	FUNDO MANTIDO
2.113	MANUTENÇÃO DE CURSOS E ATIVIDADES CULTURAIS	CURSO E ATIVIDADE CULTURAL	10,00	108.000,00	CURSOS E ATIVIDADES MANTIDOS
<b>Total Programa</b>				<b>633.000,00</b>	


**MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG**

 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXOS DE METAS

**DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**
**Programa:** 1303 - FORMANDO LEITORES

**OBJETIVO:** PROPORCIONAR A PRODUÇÃO E A DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO, ACADÉMICO E LITERÁRIO.

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.022	INFRAESTRUTURA DA BIBLIOTECA MUNICIPAL	UNIDADE	0,50	60.000,00	BIBLIOTECA REVITALIZADA
2.086	MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL	UNIDADE	1,00	186.000,00	BIBLIOTECA PÚBLICA MANTIDA
<b>Total Programa</b>				<b>246.000,00</b>	

**Programa:** 1304 - EDUCAÇÃO E CULTURA

**OBJETIVO:** OFERECER CONDIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CULTURAIS QUE PROPORCIONEM A EXPANSÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL E AÇÕES DE CIDADANIA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.087	REALIZAÇÃO DE EVENTOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS NAS ESCOLAS	UNIDADE	3,00	16.000,00	PROJETOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS DESENVOLVIDOS
<b>Total Programa</b>				<b>16.000,00</b>	

**Programa:** 1501 - INFRA ESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA

**OBJETIVO:** PROPORCIONAR À POPULAÇÃO UM SISTEMA VIÁRIO ADEQUADO PARA O TRÂFEGO HARMONIZADO E SEGURO DE VEÍCULOS, PEDESTRES, CICLISTAS, MOTOCICLISTAS E PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.003	INFRAESTRUTURA DE VIAS URBANAS	M²	000,00	5.073.000,00	VIAS URBANAS ESTRUTURADAS
2.091	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA MALHA VIÁRIA	M²	000,00	2.610.000,00	VIAS PÚBLICAS CONSERVADAS
<b>Total Programa</b>				<b>7.673.000,00</b>	

**Programa:** 1502 - CUIDANDO DA NOSSA MONLEVADE

**OBJETIVO:** PROPORCIONAR AOS CIDADÃOS DO MUNICÍPIO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EFICIENTES NA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS, COLETA DE LIXO, LIMPEZA E OUTROS SERVIÇOS, A FIM DE GARANTIR O BEM ESTAR DE TODOS E A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.006	EXIENSÃO E MELHORIAS DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	LÂMPADA INSTALADA	300,00	1.415.800,00	ILUMINAÇÃO GARANTIDA
1.007	CONSTRUÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE PRACAS E JARDINS	UNIDADE	2,00	300.000,00	CIDADE MAIS ALTERNATIVAS DE LAZER
1.009	INFRAESTRUTURA DO PARQUE MUNICIPAL DO AREÃO	UNIDADE	1,00	20.000,00	LAZER PARA A POPULAÇÃO
2.095	MANUTENÇÃO DAS REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	LÂMPADA INSTALADA	1.000,00	3.900.000,00	ILUMINAÇÃO GARANTIDA
2.096	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA	TONELADA	000,00	7.800.000,00	CIDADE LIMPA
2.098	MANUTENÇÃO DE PRACAS, JARDINS E ÁREAS DE LAZER	UNIDADE	46,00	310.000,00	CIDADE MAIS BONITA COM MAIS ALTERNATIVAS DE LAZER
2.100	MANUTENÇÃO DOS CEMITÉRIOS E VELÓRIO MUNICIPAL	UNIDADE	4,00	60.000,00	CEMITÉRIO E VELÓRIO BEM CUIDADOS
<b>Total Programa</b>				<b>13.805.800,00</b>	



**MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXOS DE METAS

**DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

Programa: 1601 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

OBJETIVO: PROPORCIONAR MELHORES CONDIÇÕES DE MORADIA À POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA.

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.014 REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS OCUPADAS POR FAMÍLIAS CARENTES	FAMÍLIA	100,00	100.000,00	FAMÍLIAS BENEFICIADAS	
2.092 GESTÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE HABITAÇÃO	ALUGUEL	30,00	460.000,00	FAMÍLIAS CARENTES AMPARADAS	
<b>Total Programa</b>			<b>560.000,00</b>		

Programa: 1701 - APOIO ADMINISTRATIVO - DAE  
OBJETIVO: APOIO ADMINISTRATIVO NECESSÁRIO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES QUE PROPICIEM O RECEBIMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E AUXILIEM NAS AÇÕES DE SANEAMENTO AMBIENTAL.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.114 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE PLANEJAMENTO	SERVIÇO	1,00	201.800,00	ATIVIDADES MANTIDAS	
2.115 MANUTENÇÃO ATIVIDADES CONTROLE INTERNO	SERVIÇO	1,00	164.700,00	ATIVIDADES MANTIDAS	
2.116 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA DIRETORIA	SERVIÇO	1,00	332.500,00	ATIVIDADES MANTIDAS	
2.117 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA	SERVIÇO	1,00	4.706.400,00	ATIVIDADES MANTIDAS	
2.118 PUBLICIDADE E DIVULGAÇÕES OFICIAIS	SERVIÇO	1,00	52.000,00	ATIVIDADES MANTIDAS	
2.119 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE OPERAÇÃO	SERVIÇO	1,00	2.475.700,00	ATIVIDADES MANTIDAS	
<b>Total Programa</b>			<b>7.933.100,00</b>		

Programa: 1702 - SANEAMENTO AMBIENTAL DE QUALIDADE  
OBJETIVO: PROPICIAR MELHORIAS NO SERVIÇO ESSENCIAL DE SANEAMENTO PRESTADOS PELA AUTARQUIA, ATRAVÉS DE INFRAESTRUTURA, CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL E AINDA COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.024 EXTENSÃO DE ADUTORAS E REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	m³	1,00	530.000,00	EXTENSÃO ADUTORA E REDE DE ABASTECIMENTO ÁGUA MANTIDA	
1.025 CONSTRUÇÃO DE RESERVatóRIOS	m³	1,00	600.000,00	CONSTRUÇÃO DE RESERVatóRIOS MANTIDA	
1.026 AMPLIAÇÃO E REFORMAS DA EAT-EAB E RECALQUES	m²	1,00	1.000,00	AMPLIAÇÃO E REFORMAS EAT-EAB/ RECALQUE MANTIDAS	
1.027 CONSTRUÇÃO DE ETÉS	UNIDADE	0,30	3.450.000,00	E TÉS CONSTRuíDAS	
1.028 EXTENSÃO DE REDE COLETORA DE ESGOTOS	m³	1,00	300.000,00	EXTENSÃO DE REDE COLETORA DE ESGOTOS MANTIDAS	
1.029 EXTENSÃO DE FOSSAS SÉPTICAS	m³	1,00	1.000,00	EXTENSÃO DE FOSSAS SÉPTICAS MANTIDAS	
2.120 MANUTENÇÃO SERVIÇOS ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ETA	SERVIÇO	1,00	16.572.200,00	ATIVIDADES MANTIDAS	
2.121 MANUTENÇÃO DE AÇÕES DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	SERVIÇO	1,00	135.000,00	ATIVIDADES MANTIDAS	
2.122 MANUTENÇÃO SERVIÇOS REDE COLETORA DE ESGOTO, FOSSAS E ETÉS	m³	1,00	1.749.400,00	MANUTENÇÃO SERVIÇOS REDE COLETORA DE ESGOTO, FOSSAS	
<b>Total Programa</b>			<b>23.338.600,00</b>		

**MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

**DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

Programa: 1802 - MEIO AMBIENTE EM FOCO

**OBJETIVO: FOMENTO DAS ATIVIDADES AMBIENTAIS DE MODO INTEGRADO, VISANDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, BEM COMO APLICAÇÃO DE POLÍTICAS NAS ÁREAS DE GESTÃO AMBIENTAL DA MUNICIPALIDADE, EM BUSCA DA RECUPERAÇÃO E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE.**

AÇÃO	DESCRÍCÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.097	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE COLETA SELETIVA	TONELADA	900,00	180.000,00	CIDADE LIMPA
2.101	MANUTENÇÃO DO VIVEIRO MUNICIPAL	UNIDADE	1,00	10.000,00	CULTIVO DE PLANTAS
2.107	MANUTENÇÃO DA OPERAÇÃO DO ATERRA SANITÁRIO/ATERRO RESIDUOS CONSTRUÇÃO CIVIL	TONELADA	.000,00	1.600.000,00	DESTINAÇÃO CORRETA DE RESIDUOS
2.108	MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO CPGRS - CONTRATO DE RATEIO	UNIDADE	1,00	370.000,00	CONSÓRCIO MANTIDO
2.109	AÇÕES DE PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS AMBIENTAIS	AÇÃO	30,00	20.000,00	MEIO AMBIENTE PRESERVADO
<b>Total Programa</b>				<b>2.180.000,00</b>	

Programa: 2301 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AGROPECUÁRIO

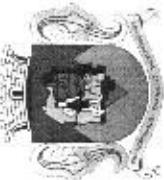
**OBJETIVO: PROMOÇÃO, ESTÍMULO E APOIO AO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO ATRAVÉS DO FOMENTO AOS SETORES INDUSTRIAL, COMERCIAL, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANEIRA A PROMOVER MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA POPULAÇÃO LOCAL.**

AÇÃO	DESCRÍCÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.0035	INFRAESTRUTURA DO ABATEDOURO MUNICIPAL	UNIDADE	0,25	100.000,00	PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL PROCESSADOS ADEQUADAMENTE
1.0101	INFRAESTRUTURA DO DISTRITO INDUSTRIAL	UNIDADE	0,10	950.000,00	DISTRITO INDUSTRIAL ESTRUTURADO
2.0033	MANUTENÇÃO DO CONSMEP - CONTRATO DE RATEIO -SIM	SERVIÇO	1,00	72.000,00	GARANTIA DE QUALIDADE DO PRODUTO ANIMAL
2.1022	PROMOÇÃO DE AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	SERVIÇO	1,00	130.000,00	ECONOMIA LOCAL FOMENTADA
2.1044	MANUTENÇÃO DA INCUBADORA DE EMPRESAS	MÓDULO	10,00	26.000,00	PEQUENAS EMPRESAS FORTALECIDAS
<b>Total Programa</b>				<b>1.278.000,00</b>	

Programa: 2601 - HUMANIZAÇÃO DO TRÂNSITO

**OBJETIVO: MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NO TRÂNSITO DAS VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO, GARANTIDO FLUIDEZ, SEGURANÇA E CONFORTO PARA A POPULAÇÃO.**

AÇÃO	DESCRÍCÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.0241	INFRAESTRUTURA DO TRÂNSITO MUNICIPAL	KM	75,00	312.000,00	TRANSITO MAIS ORGANIZADO E SEGURO
2.0944	GESTÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE TRÂNSITO MUNICIPAL-SETTRAN	SERVIÇO	1,00	1.410.000,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
<b>Total Programa</b>				<b>1.722.000,00</b>	


**MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

**DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

Programa: 2701 - CIDADE EM MOVIMENTO

**OBJETIVO:** DESENVOLVER ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE LAZER NO MUNICÍPIO, INCENTIVANDO TAMBÉM A PARTICIPAÇÃO EM COMPETIÇÕES ALÉM DE MELHORIAS E CONSTRUÇÃO DE NOVOS ESPAÇOS ESPORTIVOS DA MUNICIPALIDADE.

AÇÃO	DESCRÍÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.020	INFRAESTRUTURA DE ÁREAS DE ESPORTE E LAZER	ESPAÇO DE ESPORTE E LAZER	3,00	200.000,00	ÁREA DE ESPORTE E LAZER CONTRUIÇÃO/REVITALIZADA
2.088	APOIO E DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS ESPORTIVAS	PRÁTICA ESPORTIVA	60,00	215.000,00	PRÁTICAS ESPORTIVAS APOIADAS
2.089	PARCERIA COM ENTIDADES ESPORTIVAS	ENTIDADE	2,00	300.000,00	ENTIDADES SUBVENCIONADAS
2.090	CONSERVAÇÃO DE ÁREAS DE ESPORTE E LAZER	ESPAÇO DE ESPORTE E LAZER	5,00	9.000,00	ÁREAS DE ESPORTE E LAZER CONSERVADAS
<b>Total Programa</b>				<b>724.000,00</b>	

Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

**OBJETIVO:** ATENDER OS PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS FISCAIS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS, NOS TERMOS PREVISTOS NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS.

AÇÃO	DESCRÍÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	SERVIÇO	1,00	800.000,00	PASSIVOS CONTINGÊNCIADOS
<b>Total Programa</b>				<b>800.000,00</b>	
<b>Total Geral</b>				<b>261.000.000,00</b>	

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Econômico. Emissão: 09/07/2021, às 08:50:38.



**MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS**  
**IV - RESULTADO NOMINAL**

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2019 (b)	2020 (c)	2021 (d)	2022 (e)	2023 (f)	2024 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	9.197.335,56	10.057.682,45	13.415.475,35	15.372.922,68	15.787.115,73	
DEUDORES (II)	8.283.555,54	27.005.485,92	33.314.984,54	32.416.527,64	24.280.476,23	
Ativo Disponível	1.583.637,87	31.034.080,53	33.782.626,37	35.226.795,83	37.252.198,73	39.364.346,26
Haveres Financeiros	22.931,59	22.901,59	25.885,71	27.490,46	28.071,16	
(+) Reálos a Pagar	3.279.933,36	4.031.506,10	4.568.864,57	4.863.288,28	5.142.938,99	
DÍVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA (I - II - III)	1.532.751,34	-16.947.803,47	-227.368.586,88	-17.343.605,20	-18.173.362,50	
RECÉTA DE PRIVATIZAÇÃO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSivos RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LIQUIDA (III + IV - V)	1.532.751,34	-16.947.803,47	-227.368.586,88	-17.343.605,20	-18.173.362,50	
<b>Resultado Nominal</b>	<b>(a* - b)</b>	<b>(b - c)</b>	<b>(c - d)</b>	<b>(d - e)</b>	<b>(e - f)</b>	<b>(f - g)</b>
	308.137,20	18.491.554,57	5.417.783,41	-5.128,-45,-6	-16.153,48	1.168.757,30

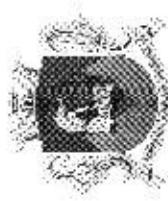
Notas:

- O Cálculo das Metas Anuais relativas ao resultado nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.

\* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2018 (R\$ 1.841.948,24).

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pú

blicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Econômico, Emissão: 25/05/2021 , às 13:53:02
---



**MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS**  
**V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA**

Art. 4º. §2º. Inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Divida Consolidada (1)</b>	<b>8.583.553,59</b>	<b>8.757.206,59</b>	<b>10.057.682,41</b>	<b>10.949.397,78</b>	<b>13.415.473,21</b>	<b>15.072.622,68</b>	<b>16.767.115,73</b>
Dívida Mútua	1.001	3.000	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00
Outras dívidas	8.583.953,59	8.757.206,58	10.057.682,45	10.949.397,76	13.415.473,55	15.072.622,68	15.767.115,73
<b>(Des)equilíbrio (II)</b>	<b>6.842.005,55</b>	<b>B.283.555,54</b>	<b>27.005.485,92</b>	<b>33.314.994,64</b>	<b>30.655.227,07</b>	<b>32.416.527,98</b>	<b>34.380.478,23</b>
Ativo Disponível	11.582.440,04	11.863.637,81	31.034.050,33	39.762.636,37	35.226.795,93	37.252.336,70	38.334.346,06
Itens de Finanças	22.901,60	22.901,59	22.901,59	22.901,59	23.895,77	27.480,46	29.071,16
(-) Ráios e Pagai	4.663.336,38	3.722.983,96	4.051.506,10	4.705.543,42	4.598.864,57	4.863.289,28	5.142.638,99
<b>Dívida Consolidada Líquida</b>	<b>1.841.548,24</b>	<b>1.533.751,04</b>	<b>-16.347.803,47</b>	<b>-22.365.968,68</b>	<b>-17.287.451,72</b>	<b>-17.343.605,20</b>	<b>-18.173.362,50</b>

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Econômico. Emissão: 25/05/2021, às 13:53:35

--

04 AGO 2021



JOÃO MONLEVADE

PREFEITURA MUNICIPAL

Administração 2021-2024

**ANEXO DE METODOLOGIA E PREMISSAS UTILIZADAS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
Exercício de 2022**

**Índices Oficiais Aplicados:**

Originado de publicações realizadas:

- ✓ PIB: pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no que concerne aos índices apurados;

Valores:

2022 – 2,33%	2023 – 2,50%	2024 – 2,50%
--------------	--------------	--------------

- ✓ INFLAÇÃO: pelo Banco Central do Brasil, no que concerne aos índices de previsão;

2019	2020	2021	2022	2023	2024
4,31%	4,52%	4,85%	3,53%	3,25%	3,25%

- ✓ PIB ESTADUAL - por cálculo econômico realizado pelo Banco Itaú e Unibanco, concernente a publicação do Produto Interno Bruto - PIB Estadual.

2022	2023	2024
R\$ 720.000.000.000,00	R\$ 750.000.000.000,00	R\$ 780.000.000.000,00

**Anexos:**

- ✓ Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências ARF (LC 101, art 4º, § 3º)



- ✓ Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Último Exercício  
AMF – Demonstrativo II (LC 101, art. 4º, § 2º, inciso I)

Apresenta avaliação do cumprimento das metas do último exercício, na relação do previsto e o efetivamente realizado e, ainda, na relação do resultado com o Produto Interno Bruto – PIB Estadual.

- ✓ Metas Anuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Últimos Exercícios

AMF – Demonstrativo III (LC 101, art.4º, §2º, inciso II)

Apresenta as Metas Anuais propostas para os três exercícios subsequentes ao de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, calculadas em valores correntes e constantes, comparadas através de avaliação percentual com os três últimos exercícios, incluído o de sua elaboração.

- ✓ Evolução do Patrimônio Líquido

AMF – Demonstrativo IV (LC 101, art.4º, § 2º, inciso III)

Apresenta a evolução do Patrimônio Líquido do Município, compreendido o Executivo e Legislativo, e seus respectivos Fundos. Nestes três exercícios encontramos a seguinte evolução:

- ✓ Do exercício de 2018, na relação com 2019, alcançou acréscimo de 0,3% e
- ✓ Do exercício de 2019, na relação com 2020, teve um acréscimo de 14,25%.

- ✓ Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

AMF – Demonstrativo V (LC 101, art.4º, § 2º, inciso III)

Demonstra os valores originados das alienações realizadas nos três últimos exercícios, a aplicação dos recursos originados das mesmas, e o saldo financeiro a serem aplicados.

04 AGO 2021



JOÃO MONLEVADE

PREFEITURA MUNICIPAL

Administrado 2021/2024

- ✓ Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado - DOCC

AMF - (LC 101, art. 4º, § 2º, inciso V)

Demonstra as despesas derivadas de lei ou de ato administrativo que fixam para o Município a obrigação legal de sua execução por período superior a dois exercícios. Demonstra, ainda, a origem dos recursos para o custeio das mesmas.

João Monlevade, 22 de julho de 2021.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO

PREFEITO MUNICIPAL